

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
 1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
 2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT  
 3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
 1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
 2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
 3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## LIDERANÇAS – 2020

<b>BLOCO LIBERDADE E PROGRESSO (PSD, PSL, PTB, PATRI, PRTB PP e DEM)</b>	
Líder	Deputado Cássio Soares
Vice-Líderes	Deputado Delegado Heli Grilo Deputado Doorgal Andrada Deputada Ione Pinheiro

<b>BLOCO DEMOCRACIA E LUTA (PT, Rede, Psol, Pros e PCdoB)</b>	
Líder	Deputado André Quintão
Vice-Líderes	Deputada Andréia de Jesus Deputada Ana Paula Siqueira Deputado Elismar Prado Deputado Léo Portela

<b>BLOCO MINAS TEM HISTÓRIA (MDB, REPUBLICANOS PV, CIDADANIA, PDT e PODE)</b>	
Líder	Deputado Sávio Souza Cruz
Vice-Líderes	Deputado Charles Santos Deputado Douglas Melo Deputado Fernando Pacheco Deputado João Vítor Xavier Deputado Neilando Pimenta

<b>BLOCO SOU MINAS GERAIS (PSDB, PSC, NOVO, AVANTE e SOLIDARIEDADE)</b>	
Líder	Deputado Gustavo Valadares
Vice-Líderes	Deputado Betinho Pinto Coelho Deputado Fávio Avelar de Oliveira Deputado Noraldino Júnior Deputado Tito Torres

<b>LIDERANÇA DA MAIORIA</b>	
Líder	Deputado Inácio Franco

<b>LIDERANÇA DA MINORIA</b>	
Líder	Deputado Ulysses Gomes

<b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b>	
Líder	Deputado Raul Belém
Vice-Líderes	Deputada Laura Serrano Deputado Bosco Deputado Coronel Sandro

Deputado Gustavo Mitre Deputado Roberto Andrade
--

## SUMÁRIO

### 1 – ATAS

1.1 – 41ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura

1.2 – 34ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura

1.3 – Mesa da Assembleia

### 2 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 3 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

### 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 5 – ERRATAS

**ATAS**

## ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/9/2020

### Presidência do Deputado Cristiano Silveira

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – Orientações Gerais para a Reunião – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 2.174/2020; Requerimentos nºs 6.266 a 6.268/2020 – Comunicações: Comunicação do deputado Raul Belém – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Bosco e Betão, da deputada Ana Paula Siqueira e do deputado Virgílio Guimarães – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Encerramento – Ordem do Dia.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Carlos Henrique – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Delegada Sheila – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Hely Tarquínio – João Leite – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

### Abertura

O presidente (deputado Cristiano Silveira) – Às 14h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

#### Ata

– O deputado Betão, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### Correspondência

– O deputado Roberto Andrade, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

**OFÍCIOS**

Do Sr. Fernando Luiz Franco, presidente da Câmara Municipal de Campestre, manifestando a posição contrária dessa casa à reforma da Previdência e à reestruturação do Ipsemg. (– Anexe-se às Propostas de Emenda à Constituição n°s 55 e 57/2020 e aos Projetos de Lei Complementar n°s 46 e 48/2020.)

Do Sr. Francisco Sérgio Soares Cavalieri, presidente do Conselho de Administração da Codemge, encaminhando o relatório de gestão 2019 dessa companhia e suas subsidiárias. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Da Sra. Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni, diretora-presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais, e outros, agradecendo ao presidente da ALMG pelo respeito às diferenças e diálogo construtivo mantidos na tramitação da reforma da Previdência, o que permitiu a mitigação de efeitos danosos da proposta inicial apresentada pelo governo. (– Anexe-se às Propostas de Emenda à Constituição n°s 55 e 57/2020 e aos Projetos de Lei Complementar n°s 46 e 48/2020.)

Da Sra. Nely Aquino, presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, encaminhando moção de repúdio aprovada por essa casa à tramitação da reforma da Previdência. (– Anexe-se às Propostas de Emenda à Constituição n°s 55 e 57/2020 e aos Projetos de Lei Complementar n°s 46 e 48/2020.)

Do vereador Professor Diogo, presidente da Câmara Municipal de Timóteo, manifestando a posição contrária dessa casa à reforma da Previdência. (– Anexe-se às Propostas de Emenda à Constituição n°s 55 e 57/2020.)

Da Sra. Quelli Cássia Couto, presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, solicitando informações sobre as medidas tomadas em relação ao aumento excessivo dos preços de alimentos e produtos de primeira necessidade. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Do Sr. Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento n° 5.204/2020, do deputado Betão. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento n° 6.034/2020, do deputado Coronel Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Luiz Marcelo Cabral Tavares, secretário de Estado adjunto de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento n° 6.043/2020, do deputado Douglas Melo. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Luiz Marcelo Cabral Tavares, secretário de Estado adjunto de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento n° 6.051/2020, do deputado Gustavo Mitre. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Pedro Calixto Alves de Lima, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento n° 6.051/2020, do deputado Gustavo Mitre. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Pedro Calixto Alves de Lima, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento n° 6.116/2020, da deputada Andréia de Jesus. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Pedro Calixto Alves de Lima, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento n° 5.895/2020, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Cristiane Schwanka, diretora de Relacionamento e Mercado da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento n° 6.082/2020, do deputado Bosco. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Pedro Calixto Alves de Lima, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento n° 6.010/2020, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Pedro Calixto Alves de Lima, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.011/2020, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Pedro Calixto Alves de Lima, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.982/2020, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Reynaldo Passanezi Filho, diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.182/2020, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

### **Orientações Gerais para a Reunião**

O presidente – A presidência, diante da emergência de saúde pública ocasionada pela Pandemia da Covid-19 e da importância da adoção de procedimentos de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus, esclarece que a reunião ordinária será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, observando-se o disposto no inciso II do art. 14 e no art. 22 do Regimento Interno e nas demais normas regimentais aplicáveis, bem como as seguintes diretrizes:

1) Somente será registrada a presença nas reuniões de Plenário das deputadas e dos deputados que ingressarem na plataforma do Silegis ou no ambiente de videoconferência do Zoom;

2) Os parlamentares podem se inscrever, por meio da plataforma Silegis, para falar no Grande Expediente pelo prazo de 15 minutos, nos termos do art. 26, c/c o art. 157, do Regimento Interno;

3) Será admitido aparte no Grande Expediente, que não excederá a 3 minutos, nos termos do § 1º do art. 162 do Regimento Interno. Para realizar aparte, os parlamentares devem se manifestar pelo *chat online*, escrevendo expressamente “aparte”;

4) Para arguir questão de ordem, nos termos do art. 166 do Regimento Interno, os parlamentares devem se inscrever pela plataforma Silegis, na aba “Reuniões/Plenário”;

5) Será cancelada a inscrição do deputado que, chamado, não estiver *online* no sistema de comunicação remota utilizado pela Assembleia. Nesse caso, o deputado deverá se inscrever novamente se ainda quiser fazer uso da palavra;

6) Havendo problemas técnicos ou perda de conexão, a presidência passará ao próximo parlamentar inscrito e, assim que o deputado voltar a se conectar, ele será chamado para continuar seu pronunciamento pelo tempo que lhe restar, desde que ainda não tenha sido encerrada a respectiva fase da reunião em que o pronunciamento estava sendo feito.

### **2ª Fase (Grande Expediente)**

#### **Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

#### **PROJETO DE LEI Nº 2.174/2020**

Dispõe sobre a estadualização do trecho rodoviário que especifica e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica transferida para o Estado de Minas Gerais, sob responsabilidade do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG, a estrada que liga os Municípios de Tarumirim a Itanhomi.

Art. 2º – A estrada de que se trata o Art. 1º desta Lei tem a extensão de 23,1 km (vinte e três quilômetros e cem metros).

Art. 3º – Os trechos a que se refere o artigo anterior serão incluídos no Sistema Rodoviário Estadual cabendo ao estado realizar as obras necessárias de restauração, manutenção, pavimentação e conclusão.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de setembro de 2020.

Rosângela Reis, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (Pode).

**Justificação:** O projeto apresentado busca atender uma antiga demanda da região que tem a produção agrícola e pecuária como principais atividades econômicas e que utiliza diariamente esta estrada para escoamento de produção. A estadualização do trecho em questão garantirá a manutenção da via, favorecendo assim o desenvolvimento da produção nestes municípios.

Importante ressaltar que por se tratar de um trecho sem pavimentação, faz com que no período das chuvas se formem vários pontos de atoleiros, uma vez que devido ao baixo recurso financeiro dos Municípios do nosso Estado como também a falta de um maquinário adequado, os Governantes Municipais encontrem enormes dificuldades para manter a estrada na forma adequada para o deslocamento daqueles que dela dependem.

Pelas razões expostas, é indubitável a necessidade de estadualizar o referido trecho a fim de possibilitar não só a melhoria da trafegabilidade como a consequente melhoria da segurança para todos que trabalham e residem, não deixa de ser também uma forma de buscar melhores resultados das atividades econômicas da região.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### REQUERIMENTOS

Nº 6.266/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da operação realizada em 14/9/2020, no Município de Patrocínio, que resultou na apreensão de 230 barras de maconha e na prisão de um indivíduo. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.267/2020, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis da Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil de Lavras pelo impecável exercício da profissão que lhes foi confiada, atuando com dedicação e competência inenarráveis e consagrando ainda mais a imagem da renomada instituição titular do exercício da polícia judiciária, promovendo a segurança pública para o eficaz exercício dos demais direitos dos cidadãos mineiros, em especial pela atuação frente aos crimes cometidos contra o meio ambiente. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.268/2020, do deputado Repórter Rafael Martins, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Ten.-Cel. PM Bruno Assunção, representando o 13º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 4/9/2020, em Santa Luzia, que resultou na apreensão de 75 armas de fogo e 25 kg de maconha e na condução de um suspeito à delegacia. (– À Comissão de Segurança Pública.)

### Comunicações

– É também encaminhada à presidência comunicação do deputado Raul Belém.

### Oradores Inscritos

O deputado Bosco – Boa tarde, presidente que ora conduz os trabalhos desta reunião, Cristiano Silveira; boa tarde a todos os colegas deputados e deputadas.

Presidente, eu quero, no primeiro momento desta fala, fazer uma nota de repúdio ao... Presidente, está me ouvindo?

O presidente – Estamos, sim, deputado.

O deputado Bosco – Alô. Está o.k. Presidente, iniciando a nossa fala, eu quero aqui primeiramente fazer um manifesto de repúdio ao G1 de Minas Gerais em (- Falha na transmissão do áudio.) direcionado ao (- Falha na transmissão do áudio.). Uma notícia veiculada no dia de hoje, uma notícia leviana e tendenciosa. (- Falha na transmissão do áudio.) a convenção do meu partido Avante, no Município de Araxá, convenção essa (- Falha na transmissão do áudio.).

O presidente – Deputado Bosco...

O deputado Bosco – Pois não.

O presidente – Nós fechamos o seu vídeo, porque a conexão está falhando. Nós estamos agora com o seu áudio. Pode continuar o pronunciamento.

O deputado Bosco – O.k. Presidente, eu quero aqui manifestar esse repúdio ao G1, em virtude – repito – dessa notícia leviana e de certa forma tendenciosa que foi veiculada nesse órgão que julgo tão importante, de forma especial na minha Região do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro, uma notícia que foi dada com relação à convenção do meu partido Avante, que aconteceu no último dia 14, em Araxá, onde foi homologada a chapa de pré-candidatos a vereadores e a decisão do nosso partido em compor as eleições majoritárias com o pré-candidato a prefeito Robson Magela.

Lamentavelmente, a notícia que foi passada pelo G1 traz uma informação que não condiz com a realidade. Primeiro, dizendo da desistência da nossa candidatura a prefeito por Araxá. Ora, em momento algum, anunciamos uma pré-candidatura nossa junto a esse órgão ou a qualquer outro órgão de forma oficial. Tivemos, sim, um manifesto de inúmeras pessoas, de vários segmentos de Araxá e de empresários manifestando o desejo do nosso nome como pré-candidato a prefeito. (- Falha na transmissão do áudio.) com relação à questão de família e a uma série de outras questões, nós resolvemos não colocar o nosso nome.

Pois bem, até aí tudo bem em dizer que nós possivelmente tivéssemos desistido de uma candidatura, mas o pior de tudo é que a tendenciosidade foi em dizer nessa notícia que nós teríamos ao nosso lado uma pré-candidata à vice-prefeita, que é ex-secretária de governo municipal. Ora, em momento algum também nós aventamos essa possibilidade de uma composição com essa pessoa. O intuito de colocar esse nome, de aventar a possibilidade de termos esse nome foi o de querer colar-nos a essa pessoa, que é uma pessoa que não esteve ao nosso lado em momento algum em nossas campanhas como deputado estadual. Pelo contrário, ela sempre esteve contra. Fato é que, na última eleição de deputado estadual, esteve apoiando a candidata à deputada estadual e vice-prefeita de Araxá, e não este deputado. Inclusive pelas informações que temos, ela foi uma das coordenadoras da candidata à deputada estadual e vice-prefeita de Araxá.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria imensamente que os dirigentes do G1, esse órgão de informação on-line tão importante, tão sério, que é assistido por todos nós diariamente, pudesse apurar qual foi o repórter que fez essa matéria, o redator ou a redatora que levou ao ar essa matéria, demonstrando aí uma certa tendenciosidade com relação às eleições no Município de Araxá. E nós sabemos que isso não pode acontecer, nós sabemos que esse não é o papel do G1, pelo contrário. Então eu gostaria de me dirigir aos dirigentes do G1 e pedir que esse fato seja apurado.

A matéria já foi alterada depois que nós conversamos com o diretor comercial da TV Integração Araxá, mas não poderíamos deixar de falar sobre esse assunto aqui, porque estamos iniciando um período eleitoral, um período sério, de responsabilidade, em que os órgãos de imprensa serão de extrema importância para nos ajudar, ajudar os eleitores, neste momento de grandes decisões, mas de forma isenta, de forma transparente. E não pode, de forma alguma, um repórter ou um redator fazer circular ou veicular uma matéria demonstrando o interesse talvez de mudar o rumo ou a decisão de uma política, seja no Município de Araxá, seja em qualquer município de Minas e do Brasil. Então fica aí esse registro, presidente, que nos causou realmente uma tristeza muito grande, não só em mim, mas em todo nosso grupo, principalmente em grande parte da população araxaense.

Segundo, presidente, quero falar de uma coisa boa, que é com relação à Lei Aldir Blanc. Nós sabemos que essa é uma lei que foi aprovada pelo Congresso Nacional, sancionada pelo presidente e que tem como objetivo principal um apoio emergencial às

peessoas que fazem a cultura de Minas Gerais e de todo o Brasil e também àqueles que promovem a cultura, promovem os eventos também na área de turismo. Só para Minas Gerais, caro Cristiano Silveira, foi destinado algo em torno de R\$135.000.000,00, a serem distribuídos entre os 853 municípios de Minas Gerais. Porém nem todos os municípios estão preparados para realizar esses editais, para efetivar e formular os projetos para que realmente possam utilizar esses recursos. E, em virtude disso, numa parceria com a Secretaria de Cultura e Turismo e também com o Consec, a Assembleia, por deliberação do nosso presidente Agostinho, participará efetivamente na realização de várias ações, visando ao apoio a todos os municípios, às prefeituras, aos conselhos municipais, para que realmente esse recurso possa ser utilizado e não devolvido aos cofres da União. Nós sabemos que essa classe da cultura e do turismo foi a primeira a sentir o drama desta pandemia e certamente será a última a sair dessa situação porque não pode haver mais aglomeração, não podemos ter mais shows e apresentação de teatro e danças em determinados lugares, sobretudo de forma presencial. Então nós estamos aí nesse intuito de trabalhar para que todos os municípios de Minas Gerais possam, através dessa parceria, contar com a Assembleia de Minas Gerais, contar com a Secretaria de Cultura e Turismo de Minas Gerais, com o Consec, com a nossa Comissão de Cultura, para que realmente eles possam, neste curto espaço de tempo, estar aptos a receber esse recurso e, mais do que isso, fazer com que esse recurso possa chegar a esses fazedores de cultura, a esses artistas, que lutam muito para trazer para a nossa gente cultura, lazer, arte e entretenimento.

Então fica aí essa nossa colocação, e já agradecendo a toda a equipe da Assembleia, que não está medindo esforços para que nós possamos agora, logo, logo, realizar um seminário on-line pela Assembleia Legislativa, nessa parceria, para que realmente possamos chegar aos 853 municípios. Por fim, presidente, nós vamos sugerir também ao presidente, através desse seminário, em parceria com a Escola do Legislativo - eu não posso deixar de citar: em âmbito de Brasil, entre todos os legislativos brasileiros que também estão participando efetivamente, nós vamos elaborar uma cartilha, com o apoio do nosso presidente Agostinho, para que todos os deputados possam trabalhar nos seus respectivos municípios, colaborando de perto com as secretarias de cultura, com as prefeituras e com os conselhos municipais, na efetivação dessa lei.

Presidente, era o que nós tínhamos no momento. Agradeço a atenção e peço desculpa pela dificuldade de participar com a imagem ao vivo, em virtude de ainda estarmos em trânsito, a caminho de Belo Horizonte. Um grande abraço. Boa tarde. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Boa tarde para você também, companheiro Bosco. Faça boa viagem e obrigado pelo pronunciamento. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Betão.

O deputado Betão – Obrigado, presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trabalhadores da Assembleia Legislativa e todos aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia, muito boa tarde.

Estou trazendo, Sr. Presidente, dois assuntos a este Plenário na tarde de hoje. Um refere-se a como o governo vem tratando as contas públicas. Também vou abordar questões referentes à Copasa, importante companhia de saneamento e tratamento de água de Minas Gerais.

Eu gostaria de iniciar a minha intervenção, Sr. Presidente, deixando claro que os números que vou apresentar aqui não são números da oposição ou dos adversários do governador. São números do próprio governo, presentes no Portal Transparência. Essas informações estão disponíveis nesse portal. Portanto, eles podem ser confrontados por todas as pessoas interessadas em acompanhar as contas do governo de Minas Gerais, presidente. Nós estamos falando de uma gestão – acredito eu – irresponsável do governador, em relação aos servidores públicos estaduais, à saúde e à educação. A atitude do governador privilegia fazer dinheiro em caixa, e não honrar as despesas do Estado. O Sr. Romeu Zema parece que não quer fazer a economia girar e colaborar para que o Estado tenha uma resposta mais eficiente e positiva nesse cenário de pandemia.

Então, Sr. Presidente, de acordo com o levantamento que nós realizamos, a receita arrecadada de janeiro a setembro deste ano... O governo estadual recolheu R\$70.500.000.000,00 aos cofres públicos. Vou repetir para ficar bem claro, Sr. Presidente e todos

que nos acompanham pela TV Assembleia: foram arrecadados R\$70.500.000.000,00. Desse valor arrecadado, o governo tem comprometido, ou seja, empenhado R\$67.800.000.000,00. No entanto, ele efetivamente pagou R\$54.900.000.000,00. Portanto, tem em caixa R\$15.600.000.000,00 para compromissos a pagar. Isso mesmo, Sr. Presidente. São R\$15.600.000.000,00 em caixa. Então, eu me pergunto: por que o governo está guardando dinheiro debaixo do colchão? Que compromisso é esse? O que o governo está fazendo com o dinheiro em caixa? Está especulando com o dinheiro público, às custas do atraso do salário dos servidores? Eu entendo que o governador deveria vir a público e dizer aos servidores públicos estaduais que está atrasando o pagamento dos seus salários para especular com o dinheiro público ou que está guardando-o para fazer dinheiro em caixa. É um verdadeiro absurdo, Sr. Presidente. E ainda aprova essa malfadada reforma da Previdência, dizendo que era isso que colocaria o salário dos servidores em dia, sendo que o dinheiro está lá, está em caixa.

O governador não tem cumprido os compromissos que ele próprio criou em seu governo. Para se ter uma ideia, vou trazer aqui para os senhores as despesas atuais e os restos a pagar: Fundo Estadual de Saúde, R\$7.200.000.000,00; Secretaria de Estado da Educação, R\$2.900.000.000,00; Ipsemg, R\$39.000.000,00; Fapemig, R\$18.000.000,00; Fhemig, R\$47.000.000,00; Fundação Ezequiel Dias, R\$133.000.000,00; e pecúlio por morte de servidores, R\$94.000.000,00. Então, Sr. Presidente, a soma de todos esses restos a pagar perfaz um total de R\$10.700.000.000,00 de um total de R\$15.600.000.000,00 em caixa. Ou seja, já arrecadou R\$70.700.000.000,00, pagou R\$54.900.000.000,00, tem em caixa R\$15.600.000.000,00 e restos a pagar de R\$10.700.000,00.

O governador não tem compromisso de colocar em dia os pagamentos da saúde e da educação porque, se ele pagasse R\$7.200.000.000,00 para o Fundo Estadual de Saúde e quase R\$3.000.000.000,00 para a Secretaria de Estado, você teria melhor qualidade do serviço prestado na educação e melhor qualidade no serviço prestado de saúde. Iria, de fato, valorizar os servidores públicos.

Então o que está acontecendo aqui - para o nosso entendimento - é que o governo está fazendo caixa, deixando de repassar recursos para o fundo de saúde e deixando de pagar compromissos com a educação. É um vexame na administração do dinheiro público, Sr. Presidente. É a desvalorização dos serviços públicos oferecidos à população de Minas Gerais com limitação de investimento. Chamo atenção novamente - e aqueles que quiserem consultar - que isso está no Portal da Transparência. É só buscar lá que vai chegar a esses números.

Eu queria também - e já entrando no segundo assunto, Sr. Presidente - chamar a atenção de todos os mineiros e mineiras para uma das mais importantes empresas de saneamento e abastecimento de água no Brasil, que está aqui em Minas Gerais. Estou falando da Copasa. Destaco aqui a sua importância e vou apresentar alguns números, Sr. Presidente. Imagino que boa parte das pessoas talvez não deva ter o conhecimento exato da importância estratégica da Copasa e do tamanho dessa empresa tanto para o tratamento e abastecimento de água quanto para o tratamento de esgoto sanitário no Estado de Minas.

A Copasa hoje, Sr. Presidente - deixe-me só pegar as minhas anotações aqui -, oferece água para 641 municípios, o que equivale a aproximadamente 75% das cidades do Estado com abastecimento de água, e tratamento de esgoto para 311 municípios, correspondendo a 36% das cidades mineiras. A Copasa tem hoje 4,4 milhões de ligações de água e quase 3 milhões de ligações de esgoto. A Copasa atende hoje 55% da população de Minas Gerais, 11,4 milhões de habitantes com tratamento de água, com rede de esgoto. Ela atende 8 milhões de habitantes, no total de 39% dos mineiros e das mineiras. Então esses números, Sr. Presidente, revelam o tamanho e a importância da Copasa não só para o Estado e para o governo, mas também para todos os mineiros. Como a população de Minas hoje é de 20,8 milhões de pessoas, 11,4 são atendidos por uma estatal mineira que dá lucro e tem ótimos resultados.

Para se ter uma ideia, a extensão da rede de água da Copasa supera os 56.000Km; de rede de esgoto são 28.000Km de extensão. Em relação aos investimentos, hoje a Copasa tem previstos para este ano R\$813.000.000,00 em investimentos; e a Copanor, que é uma subsidiária, tem R\$37.000.000,00 em investimentos. Ou seja, a previsão de investimento que foi aprovado pelo conselho administrativo é que ela fizesse este ano R\$850.000.000,00 de investimentos.

E, de acordo com as informações que nós tivemos do Sindágua, que é o sindicato dos trabalhadores, esses investimentos estão atrasados. No primeiro semestre ele foi de apenas R\$149.000.000,00. Mas aqui uma pergunta: isso não quer dizer que ela não deveria investir mais do que investe hoje? Claro que sim, mas por que não faz? Capacidade para isso ela tem e muita, Sr. Presidente. Isso significa dizer que o governo Zema é lento para realização e não gosta de fazer investimentos públicos. Gosta é de ficar falando mal das estatais.

Aqui eu chamo a atenção, Sr. Presidente Cristiano, para o seguinte: a Copasa teve uma receita bruta de R\$4.700.000.000,00 no ano passado e um custo da ordem de R\$3.400.000.000,00. Portanto, lucro líquido de R\$754.000.000,00.

Então, dentro da programação de investimentos para o período de 2021 a 2024, a Copasa terá R\$5.000.000.000,00 de investimentos programados, e a Copanor, que é sua subsidiária, investirá R\$149.000.000,00, ou seja, o total de previsão de investimentos será de aproximadamente R\$1.000.000.000,00 ao ano, até 2024, totalizando R\$5.149.000.000,00.

É importante colocar esses números todos para a gente poder chegar à discussão da desestatização, não é? Qual é o endividamento dessa estatal? É baixíssimo, Sr. Presidente: cerca de R\$2.400.000.000,00. Então, sua capacidade de ajudar na recuperação da economia de Minas Gerais é enorme. Mas o governador não faz. Então, estamos falando de uma enorme empresa pública, com uma enorme infraestrutura construída ano a ano com investimentos públicos e cujo compromisso era se tornar uma das maiores empresas de saneamento do Brasil. A Copasa hoje tem R\$6.900.000.000,00 de patrimônio líquido, construído em mais de 40 anos, e teve um lucro líquido no segundo semestre deste ano de R\$146.000.000,00. É uma empresa pública, tem dividendos distribuídos, pagos no exercício de 2020 no valor de R\$89.000.000,00. Além disso, existe uma previsão de nova distribuição de dividendos, e eu estou falando isso em pleno período de pandemia, por isso precisamos dar a devida dimensão a esta estatal.

Deliberadamente, há um objetivo de massacrar os trabalhadores. O governo Romeu Zema negou a manutenção de direitos aos trabalhadores em truculenta negociação com o Sindágua e outros sindicatos importantes da base da Copasa. A preocupação da gestão atual é não realizar investimentos, é fazer aplicações financeiras de caixa e maximizar o lucro. O Zema quer repartir os dividendos e não realizar investimentos por todo o Estado, o que geraria mais empregos locais, ajudando a diminuir os impactos da crise que vêm se arrastando há quatro anos.

Então para concluir, Sr. Presidente – e não sei se cheguei a meu limite –, eu quero afirmar o seguinte: é um absurdo, em um momento como este de pandemia, termos uma estatal deste tamanho, primeiro, com sua privatização sendo cogitada e, segundo, com R\$1.000.000.000,00 parados em caixa. A Copasa, Sr. Presidente, diferente do resto da economia mineira, vai muito bem obrigado. Mas o governador, em vez de se preocupar em melhorar as condições do serviço público e a saúde dos mineiros, preocupa-se em arrochar salários, em distribuir maiores dividendos e, depois, em vender o nosso patrimônio. Romeu trata saneamento e abastecimento de água assim como trata saúde e educação no Estado. Ele gosta de ficar com dinheiro parado em caixa. Como eu disse na discussão anterior, ele arrecadou R\$70.000.000.000,00, pagou R\$54.000.000.000,00 e tem em caixa R\$15.000.000.000,00. Isso realmente é um absurdo em um momento em que você precisa que o Estado cumpra seu compromisso de geração de emprego, de melhoria de qualidade de vida, de melhoria da educação e da saúde pública.

Por essas e tantas outras razões, Sr. Presidente, eu sou contra a privatização da Copasa – ou desestatização, como ele tem chamado –, da Cemig, da MGS - pude falar também outro dia aqui a respeito da sua situação. Eu vou me empenhar para derrotar esse projeto junto com a nossa bancada porque é mais um daqueles projetos nefastos para Minas Gerais e para os mineiros. Sr. Presidente, água não é mercadoria, é um bem público; privatizar água é caminhar na contramão de muitos países desenvolvidos que, nos dias de hoje, estão reestatizando empresas distribuidoras de água, como aconteceu na Alemanha, na França, na Bélgica e também nos Estados Unidos.

Então, Sr. Presidente, eu queria terminar por aqui deixando claro as palavras de ordem que já estão sendo colocadas pelos trabalhadores, as quais assumo também: “Não à privatização da Copasa”. “Água não é mercadoria, é bem público.” “Que o governo

cumpra o seu papel social.” “O pagamento em dia dos servidores públicos estaduais.” “Investimentos públicos para benefício da população, e não para favorecer investidores e especuladores do mercado financeiro.”

Sr. Presidente, agradeço. Boa tarde a todos e a todas. Muito obrigado.

A deputada Ana Paula Siqueira – Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas deputadas e colegas deputados; boa tarde a todo o povo mineiro que nos acompanha nesta tarde. Eu quero compartilhar hoje, com vocês, dados que me chamaram muito a atenção e que nos chamam, na verdade, para uma grande ação, uma ação mobilizadora, uma ação que deve ser feita inicialmente pelo Estado de Minas Gerais e também por todo o Brasil, por toda a nossa população.

Foram publicados recentemente dados no Monitor da Violência, que é uma parceria do G1 com o Núcleo de Estudos da Violência, da USP, e também com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Esses dados da violência são de agora, do primeiro semestre de 2020, que, inclusive, coincide com este momento da pandemia que estamos vivenciando há 6 meses. O interessante e que me chamou muito a atenção nesses dados, além de um aumento grande da violência, é que as mulheres, mais uma vez, são vítimas em maior percentual, com uma diferença muito grande em toda essa violência.

Durante a pandemia, presidente, como nós discutimos diversas vezes aqui, no primeiro semestre, nas apresentações dos diversos projetos que visam ao enfrentamento da pandemia, as mulheres são as mais prejudicadas, seja pela questão da violência física e doméstica, que a gente pautou muito no primeiro semestre, seja pelo acúmulo do trabalho em casa, com a administração do trabalho remoto, com a administração das crianças, que também perderam suas redes de apoio. Mas isso acontece também porque somos nós, mulheres, que estamos na linha de frente em muito maior quantidade, por exemplo, na área de enfermagem, atendendo pacientes e também vivenciando essa violência, infelizmente essa cultura da violência institucional, comportamental, que tanto nos agride e que a gente vê acontecer, toda hora e a todo tempo, inclusive neste mesmo espaço aqui, da nossa Casa Legislativa. Colegas deputadas já relataram aqui recentes agressões nesse sentido.

Os dados que foram apresentados no Monitor da Violência trazem... Fiz alguns recortes aqui, que eu quero destacar. Foram registrados 1.890 homicídios dolosos contra mulheres. Esse número é 2% maior que o registrado no mesmo período do ano passado, 2019. Desses 1.890 casos, 631 são feminicídios. São casos, são dados muito alarmantes, muito gritantes, tudo isso neste momento da pandemia.

Quando é feito um recorte para a população negra, para as mulheres negras, nós observamos que esse dado ainda é mais preocupante, porque são as mulheres negras também que registram, cada vez mais, essa violência; ela chega muito mais às mulheres negras. Em cada quatro assassinatos, três foram cometidos contra mulheres negras. São 75% dos casos. Mais da metade das vítimas de estupro é composta de mulheres negras.

Nos casos de feminicídio, a cada 5 feminicídios, 3 são registrados contra a população feminina negra. Isso é muito sério e chama muito a atenção, porque essa já é uma população que historicamente sofre com problemas recorrentes de violência. Já é um processo histórico, infelizmente, no nosso Brasil, e a gente vê isso quando faz um recorte da nossa população negra, que inclusive corresponde a 56% da nossa população. Então nós estamos falando de um quadro populacional muito grande e relevante, o qual componho. Faço questão de usar a tribuna aqui para chamar a atenção da nossa população, para chamar a atenção dos nossos governantes e dos meus pares, colegas deputadas e deputados, porque nós precisamos considerar esses dados e trabalhar para oferta de políticas públicas de melhor qualidade.

Esses dados se agravam quando nós levantamos a questão da invisibilidade dessa população porque, lamentavelmente, embora tenhamos todos esses registros, a questão da invisibilidade da população negra ainda é muito grande. A pesquisa retrata que mais de 10 estados brasileiros não repassam de forma completa os dados.

Falta informação sobre raça e cor, e isso é muito sério. Aliás, no primeiro semestre, apresentamos um projeto na Casa, que foi aprovado, um projeto de autoria das três deputadas negras eleitas pela primeira vez no Parlamento mineiro e assinado por mim,

pela deputada Andréia de Jesus e pela Leninha. Um projeto que incluiu dados de raça, cor e etnia nos protocolos de atendimento da saúde, neste momento da pandemia. Nosso objetivo é que esses dados possam ser posteriormente aproveitados pelo Estado para melhor aplicação das políticas públicas. Sem dados, sem informações, não conseguimos melhorar a qualidade do nosso atendimento. Então esse projeto foi discutido internamente com a Casa, houve a votação dos Srs. deputados e das Sras. deputadas, e hoje ele é legislação. Espero que passado esse período de pandemia, a gente consiga pensar e elaborar políticas públicas de melhor qualidade para essa população.

Ressalto que 54% dos registros de homicídio de mulheres não possuem a informação de raça da vítima. Nos casos de feminicídio, esse percentual é de 47%, e, nos casos de lesões corporais, são mais de 55%. Ou seja, são números muito altos que precisam estar registrados. É por isso que a gente pede uma atenção para que se inclua, em todos os protocolos, a questão de cor e raça, porque são determinantes para a elaboração das políticas públicas. A violência atinge muito fortemente a população negra, que já é uma população historicamente excluída nos processos de ocupação de espaço, de acesso a serviços públicos, e a gente precisa mudar essa realidade.

Quero destacar que o direcionamento das políticas públicas é responsabilidade do Estado, então precisamos discutir esse assunto, combater inclusive as desigualdades que existem por trás desses números, em relação aos quais, ainda por cima, há subnotificação. A gente sabe que existem muitos casos que não têm registro, então o Estado precisa aprimorar a sua aplicação de políticas públicas.

No primeiro semestre também, queria lembrar, falando em políticas públicas especialmente voltadas também para as mulheres, que apresentei um projeto de lei que foi sancionado e que agora é a Lei nº 23.680, que cria o banco de empregos para mulheres vítimas de violência doméstica. Esse projeto foi aprovado, e agora acompanho a discussão de regulamentação dele, juntamente à Sedese, para que, de fato, possamos entregar à população mineira instrumentos que possam superar essa desigualdade e buscar mais dignidade para a nossa população.

Trouxe esses dados, presidente, porque acho que são dados muito importantes, muito sérios, e precisamos estar atentos a eles, especialmente nós, que estamos aqui, no Parlamento.

Quero inclusive destacar e parabenizar o meu colega deputado Bosco, que trouxe a informação sobre esse seminário, sobre a questão da cultura, neste momento da pandemia. É um setor que realmente está muito abalado, e a Lei Aldir Blanc vem no sentido de dar atenção a essa população que ficou e que ficará, por um tempo ainda maior, sem o retorno de suas atividades. Quero parabenizá-lo, Bosco, pela iniciativa, e também parabenizar a Assembleia por acolher essa iniciativa, e dizer que faço coro com ela, porque acompanho e faço parte de vários grupos culturais, especialmente os ligados à cultura popular. São grupos que, de fato, estão sofrendo muito e precisando desse estender das mãos.

Quero destacar também, presidente, dois outros aspectos. Aprovamos hoje, na parte da manhã, na reunião extraordinária, o Projeto de Lei nº 1.841, que inclusive tem anexos. São vários projetos, dentre eles um projeto de minha autoria, que é o Projeto de Lei nº 2.059, e quero só dizer que foi um projeto aprovado pela unanimidade dos nossos colegas deputados, um projeto que impede a demissão de muitos contratados do Estado, algo em torno de 8 mil trabalhadores do Estado. Então quero também chamar a atenção para o fato de que estamos num momento de enfrentamento e não podemos nos esquecer do impacto sobre a vida de todos os nossos trabalhadores.

Para encerrar, presidente, eu quero retomar uma discussão que iniciei aqui na semana passada. Estou acompanhando diversos colegas deputadas e deputados fazendo a discussão, inclusive o Betão acabou de trazer aqui muitos dados, muitos números sobre a questão da Copasa. Essa é uma pauta para a qual nós precisamos de fato estar atentos. Na semana passada, além da notícia da contratação do estudo junto ao BNDES, nós tivemos também uma declaração do governador do Estado, o governador Zema, dizendo que o povo não precisa ser ouvido em relação a essa temática. E a escuta à nossa população é inclusive constitucional, está escrito e

prevista na nossa Constituição Estadual. Aí eu quero, sim, que o povo seja ouvido, porque essa é uma instituição, como o colega Betão bem disse, que atende a muitos municípios aqui no Estado – 75% do Estado é atendido seja por questão de água, seja por questão do esgoto.

Então nós precisamos nos debruçar muito sobre essa matéria, sobre essa temática. Já existem vários textos, várias entrevistas dizendo da má qualidade dos serviços da Copasa. Eu até sei de fato que a Copasa precisa melhorar o seu atendimento. Na semana passada nós tivemos diversas informações aqui, na região metropolitana, quanto à falta de água em vários municípios. Temos muitas reclamações também no interior do Estado. Mas ainda assim eu quero destacar a importância dessa empresa para o Estado de Minas Gerais, no atendimento sobretudo dos municípios menores, dos municípios mais vulneráveis, da população mais vulnerável. Eu escutei uma entrevista do subsecretário de Desenvolvimento, que dizia dos inúmeros exemplos Brasil afora de sucesso da implementação da privatização das companhias. Mas eu ando fazendo alguns estudos e quero compartilhá-los com os senhores e com as senhoras. Eu não encontrei diversos casos no Brasil. Aliás, eu encontrei um único caso no Brasil, que é o caso da Saneatins, lá no Tocantins, que ainda assim não foi um sucesso. A Saneatins fez o processo de privatização, começou com a distorção de um número grande de municípios e aos poucos foi abrindo mão daqueles que especialmente geravam déficit para a companhia, geravam déficit para aqueles que privatizaram. Aí fazemos o resumo da história em que depois teremos a oportunidade de aprofundar: os municípios menores, os municípios mais vulneráveis perderam esse atendimento. Então, não é verdade que esse é um exemplo que vai dar certo, porque ele já não deu certo com a única companhia que pode se comparar à Copasa aqui no Brasil. Eu queria chamar a atenção e dizer ao Betão que essa também é uma luta que eu estou acompanhando, é uma discussão que precisa ser feita de forma muito consciente, muito responsável, por nós, deputados. Após as nossas análises, precisa, sim, ir para a votação popular; precisa, sim, a população apreciar inclusive o que nós deputados iremos votar. Isso está previsto na nossa Constituição; nós não podemos abrir mão, porque é mais ou menos como aconteceu com o nióbio. Era necessário, era indispensável, foi feita força-tarefa, foi feita votação e deu em água. Nós não podemos deixar literalmente a nossa companhia de água dar em água, sobretudo no que diz respeito aos nossos mineiros e mineiras que precisam da água, que é garantia de vida para todos.

Quero encerrar hoje o meu pronunciamento chamando a atenção para esses aspectos. Quanto à minha primeira colocação em relação aos dados da violência, gostaria muito que a gente pudesse, cada um de nós, se debruçar um pouco mais e pensar em como ajudar o Estado de Minas Gerais a cuidar da sua população, especialmente das mulheres, especialmente das mulheres negras. Muito obrigada, presidente; obrigada, colegas deputadas e deputados. A gente se encontra em outras partes.

O deputado Virgílio Guimarães – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nós já estamos caminhando para o encerramento do período mais crítico do combate à pandemia aqui em nosso estado. A Assembleia, sem dúvida alguma, conseguiu um funcionamento que respondeu às demandas do Estado sobre o seu desempenho, sobre as suas responsabilidades frente à pandemia.

Mas creio, para não fugir da minha pauta recorrente, que nós ainda estamos devendo uma votação a respeito das medidas econômicas necessárias ao combate dos efeitos dessa pandemia. O País discute isso. O que vejo, em todos os momentos, é que a preocupação central atualmente é em torno disto: o que é necessário, neste momento, para que o efeito da pandemia seja debelado. Esse é o fato central.

Vejam aqui a discussão da Copasa. Essa não é apenas uma discussão a respeito de ser melhor ou pior a sua privatização, ou se ela vai permanecer como eficiente empresa estatal; a questão é não só saber do impacto da questão do saneamento básico na saúde pública a médio e longo prazo, porque saúde também deriva - e, sobretudo deriva - do saneamento, como também ver as obras de saneamento como um motor de desenvolvimento.

O governo, agora, lançou um programa – tudo bem: o Avança Minas. É um programa, de certa maneira, tímido, até porque nós precisamos de ter medidas mais ousadas na atração do investimento. A cada momento, nós temos que ter uma principalidade. Neste instante, agora, quando o mundo está temeroso, à exceção talvez da China, que está conseguindo, inclusive, dar passos adiante,

graças a seu arrojo, a sua coragem de fazer e tomar as medidas necessárias... A China, sim, está conseguindo superar este momento difícil através da coragem de fazer e tomar as medidas necessárias. Nós também, em Minas Gerais, precisamos de ter esse mesmo arrojo. Uma coisa é o momento em que nós precisamos talvez de preocupar com controles externos, etc. Agora é o momento em que nós precisamos ter como principalidade exatamente atrair mais investimentos e facilitar mais que esses investimentos se realizem. São investimentos públicos? Sem dúvida. Não adianta ter uma discussão ideológica a respeito de o setor público ser bom e do gigantismo estatal. Essa é uma conversa que, neste momento, está muito superada. O mundo já percebeu que o setor público precisa do investimento público - isso já é algo que eu diria, até, de alguma maneira, fora; em todos os momentos da crise do mundo foi assim. Foi assim na crise de 1929, foi assim na crise de 2008, foi assim em todas as crises.

O intervencionismo não é uma questão ideológica. A capacidade da regulação do Estado e o Estado funcionar como o motor do investimento se mostrou eficaz. E, agora, mesmo considerando - em alguma medida - tímida a ação do governo do Estado de Minas, ela busca exatamente o que o Estado pode fazer para provocar, para facilitar, para acionar os instrumentos que ele tem - e tem condição de ter - para viabilizar esses mesmos investimentos. Portanto, volto aqui, como eu disse, tendo consciência de estar sendo de alguma maneira recorrente nesta discussão que sempre coloco, mas não vejo como desconhecer, neste momento, algo tão importante feito isso, ou seja, o próprio governo, passando o recibo de que ele pode ter... Eu sei que faz parte da ideologia do partido que venceu as eleições, através do governador Zema, na sua postulação, naquilo que fez; porém, não vejo como desconhecer que nós temos que buscar todos os instrumentos ao nosso alcance para vencer este momento tão difícil, que é o momento do pós-pandemia no que se refere à crise econômica.

Portanto, Sr. Presidente, não estou aqui, mais uma vez, na tentativa, talvez vã, de ficar lambendo a própria cria. Não se trata disso. Eu considero até uma obrigação da minha parte, pela minha expertise pessoal, pela minha dedicação ao tema, de buscar, evidentemente, soluções da área econômica. Porém, eu busquei apresentar aquilo que eu tinha capacidade de fazer. Não sei se bom, não sei se perfeito, não sei, mas foi o que pude fazer, foi o que tive capacidade de fazer: apresentar projeto de lei nesse sentido, buscando discutir com especialistas e diversos segmentos. Apenas gostaria muito que, pelo menos, houvesse um posicionamento dizendo que não está bom, por exemplo, que não se deve fazer.

Enfim, não estou aqui demonstrando nem impaciência nem nenhum afã em mostrar serviço. Nada disso; estou apenas reiterando aqui, porque o mundo hoje se debruça muito mais. Abra os jornais nacionais, veja o que está sendo discutido na Câmara Federal, veja o que está sendo discutido no Senado. Todo o esforço, todas as atenções estão voltadas para os assuntos de natureza econômica que naturalmente vão se seguir a essa enorme crise da epidemia.

Então, fica aqui o meu apelo dirigido ao presidente Agostinho e ao Colégio de Líderes. Eu volto a dizer: há projeto. Até fiz um esforço recentemente: no último dia de agosto, peguei tudo o que eu tinha, somei tudo e fiz o projeto, tão só porque era o último dia, pela Constituição Mineira. Nem sei a razão da existência de tal dispositivo, mas existe um dispositivo na Constituição Mineira dizendo que, no último quadrimestre, não se podem apresentar projetos de natureza tributária. Como eu não vejo como buscar soluções para a crise sem ações de natureza tributária, eu procurei fazer aquilo que pude no último dia que era possível de apresentar o projeto. Eu o fiz, e sem nenhuma discriminação. Aqueles que puderem... Acredito que, no meio de mais de 2 mil projetos apresentados, muitos devem ter o mesmo destino. É nessa hora que temos que discutir o saneamento, é nessa hora que temos que discutir a Copasa. Não é uma discussão ideológica, é uma discussão prática sobre como fazer da Copasa um instrumento de captação de recursos para investimento; como fazer do investimento em saneamento uma alavanca do crescimento econômico e da geração de emprego; como preservar, no patrimônio do Estado, as empresas que são subsidiárias da Cemig. Eu acredito até que haverá boa vontade na prorrogação, mas uma prorrogação razoável dos prazos para se dar uma solução sobre as outorgas das empresas de geração da Cemig.

Eu faço parte daqueles que não querem abrir mão, de jeito nenhum, do dispositivo constitucional para que a privatização da Cemig e da Copasa seja um tema de privatização ou não – privatização ou não. É um tema do povo, é a grande propriedade do povo mineiro. Quem tem que dar a última palavra é o povo mineiro. Porém, nesses assuntos de natureza infraconstitucional, nós devemos discutir já. Eu, por exemplo, acho que nós não devemos deixar perder as outorgas que temos das empresas de geração da Cemig. Acho que devemos buscar parcerias. Não sou favorável a sua privatização, a sua entrega à iniciativa privada. Mas acho que devemos buscar, para essas empresas – já disse isso várias vezes – parceria com as empresas mineiras de consumo intensivo de energia elétrica. Creio que nós devemos buscar fazer crescer a Gasmig. Sou contra a privatização da Gasmig, porém, sou favorável a se fazer uma captação de recursos na Gasmig.

São opiniões que tenho, que gostaria de ver discutidas na Casa; gostaria que fossem discutidas com o povo mineiro. Naquilo que for de natureza geral, da população inteira, que a população opine através de um plebiscito, através de uma consulta prévia, que seria o plebiscito, ou através de um referendo, que seria depois de uma nova lei. Mas tudo isso, eu creio, demanda atenção e pressa.

Insisto aqui, correndo o risco, reconheço, de um certo aborrecimento, de uma certa chatice, mas faço um apelo, estou quase que fazendo um apelo dramático aos líderes à Mesa. Vejo aqui o nosso vice-presidente, que nos preza neste momento, o deputado Cristiano. Eu gostaria muito de ver, de discutir; não quer dizer que o meu pensamento tem que prevalecer sobre o de ninguém, mas algo tem que ser feito. Para combater os efeitos da pandemia, temos que fazer a nossa parte também, e não apenas aguardar o que o governo vai fazer. O governo tem que fazer alguma coisa dentro do marco legal atual.

Até vi com bons olhos quando o governo fez uma referência a medidas, a mudanças que precisam acontecer no marco legal. Isso significa que nós vamos ficar presos ao marco legal atual. Da minha parte, defendo que não devemos alterar os marcos legais constitucionais, mas os outros, devemos. O que pudermos desburocratizar... Com certeza, aquilo que pode atrasar, como fizemos agora com os contratos, em boa hora, o PT, a oposição deu a sua dose de contribuição para não enterrar o Estado, para não ofender os interesses da população, para não ofender os interesses dos servidores. O mesmo tem que ser aplicado às outras ações.

E cabe ao Legislativo alterar os marcos legais necessários para acelerar o investimento. Sobretudo nós, do PT, que votamos, com toda a crítica que recebemos, novos marcos legais para a Copa do Mundo, novos marcos legais para o Programa de Aceleração de Crescimento – PAC –, queremos novos marcos legais para este momento que não vão valer para depois e não valiam antes. Mas nós temos que, de alguma maneira, nos lançar com coragem, com ofensividade na busca de combater o desemprego, na busca do crescimento econômico, até para que a gente tenha – quando falo “a gente”, refiro-me a nós, que fazemos a oposição - condição de fazer uma crítica se o governo não assumir a sua parte nessa ofensiva, nessa condução. Aí, sim, a crítica tem que ser oriunda principalmente de um embate de ideias, de projetos, de rumos estratégicos. É aí que a diferença se mostra; não é numa esgrima verbal apenas. Pelo contrário, vamos discutir as soluções de que Minas precisa.

É este conteúdo que apresento, presidente, é este apelo que faço aos líderes mais uma vez, aos membros da Mesa e sobretudo ao presidente Agostinho. Dirijo-me também à equipe econômica do governo. Peço à equipe econômica do governo que... E mexeu, se moveu, dentro de um marco limitado que havia no marco legal, e mais uma vez digo que foi uma boa iniciativa, mas limitada, se comparada aos marcos legais atuais. Vamos ser mais ousados e buscar inclusive aquilo que o mundo está buscando, que é uma intervenção estatal mais corajosa, com desburocratização do investimento privado, de parcerias que serão bem-vindas. Mas temos que saber que o Estado, como regulador, estimulador e copatrocinador, é indispensável, sobretudo nos momentos de crise. Vamos, corajosamente, oferecer as soluções econômicas de que Minas tanto precisa e que sobretudo Minas tem como oferecer.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****Abertura de Inscrições**

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

**Comunicação da Presidência**

A presidência informa ao Plenário que, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes, publicado no *Diário do Legislativo*, de 21/3/2020, foram aprovados conclusivamente pela Mesa da Assembleia o Requerimento nº 6.150/2020, da Comissão de Administração Pública, o Requerimento nº 6.244/2020, do deputado Gustavo Mitre, os Requerimentos nºs 6.250 e 6.252/2020, do deputado Betão, o Requerimento nº 6.251/2020, do deputado Carlos Henrique, o Requerimento nº 6.256/2020, do deputado Mauro Tramonte, o Requerimento nº 6.259/2020, da deputada Beatriz Cerqueira, e o Requerimento nº 6.264/2020, do deputado Sargento Rodrigues. Publique-se para fins do art. 104 do Regimento Interno.

**Encerramento**

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 17, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

**ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/9/2020****Presidência dos Deputados Agostinho Patrus e André Quintão**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): Orientações sobre a Votação Remota – Suspensão e Reabertura da Reunião – Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 107/2020; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; votação nominal e remota do projeto; aprovação – Questão de Ordem – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.841/2020; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; votação nominal e remota do Substitutivo nº 1; aprovação – Votação de Pareceres de Redação Final: Designação de relator; emissão dos Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 107/2020 e do Projeto de Lei nº 1.841/2020 pelo relator; votação nominal e remota dos pareceres; aprovação – Declarações de Voto – Encerramento.

**Comparecimento**

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu

– Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

### **Abertura**

O presidente (deputado André Quintão) – Às 10h10min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

### **1ª Parte**

#### **Ata**

– O presidente, nos termos do § 3º do art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.737/2020, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a apreciação da matéria constante na pauta.

### **Orientações Quanto à Votação Remota**

O presidente – A presidência, diante da emergência de saúde pública ocasionada pela Pandemia da Covid-19 e da importância da adoção de procedimentos de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus, e tendo em vista a necessidade de preservar a continuidade das atividades parlamentares e legislativas, esclarece que a apreciação de proposições de caráter urgente será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, observando-se as seguintes diretrizes:

- 1) A matéria de caráter urgente será submetida a votação nominal e remota pela plataforma do Silegis, na aba “Votação”, onde o parlamentar deverá inserir a senha da reunião, previamente informada;
- 2) Para cada proposição constante na pauta serão feitas duas chamadas de votação e os parlamentares terão o prazo de 1 minuto para registrarem seu voto “Sim”, “Não” ou “Em Branco”;
- 3) Concluído o processo de votação remota de cada proposição pela plataforma do Silegis, não será permitida retificação de voto;
- 4) A presidência informa ao Plenário que os parlamentares podem se inscrever para declaração de voto acessando a plataforma Silegis, na aba “Reuniões/Plenário”. Será concedida a palavra para declaração de voto por até 2 minutos, somente após o término das votações de todas as proposições da pauta.

### **Suspensão da Reunião**

O presidente – A presidência suspende a reunião por 10 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

### **Reabertura da Reunião**

O presidente (Agostinho Patrus) – Estão reabertos os nossos trabalhos.

### **Votação de Proposições**

O presidente – Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 107/2020, da Mesa da Assembleia, que reconhece o estado de calamidade pública nos Municípios de Astolfo Dutra, Bandeira, Biquinhas, Douradoquara, Espera Feliz, Joáima, Santa Fé de Minas, São José do Divino, Claro dos Poções, Ilícinea, Três Corações, Itaobim e Várzea da Palma, em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus. Aferido caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vem o projeto ao Plenário para apreciação

remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da mesma deliberação, designa relator da matéria o deputado André Quintão. Com a palavra, o deputado André Quintão, para emitir seu parecer.

O deputado André Quintão – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Resolução nº 107/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma do Silegis, de conformidade com a Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.737, de 2020. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Beatriz Cerqueira – Betão – Bruno Engler – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Inácio Franco – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Professor Cleiton – Raul Belém – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Cleitinho Azevedo – Delegada Sheila – Doutor Wilson Batista – Osvaldo Lopes – Sargento Rodrigues.

– Registram “branco”:

Bartô – Guilherme da Cunha.

O presidente – Votaram “sim” 38 deputados; votaram “não” 5 deputados; houve 2 votos em branco, totalizando 45 votos. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Resolução nº 107/2020. À redação final.

### Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, eu queria ter feito a questão de ordem um pouco antes da votação, mas agradeço a V. Exa. por me permitir fazer uso da palavra. Uma das questões que eu queria levantar, presidente, é essa dificuldade nesse processo de votação. O processo de votação remoto, presidente, não permite o encaminhamento da matéria para orientação da votação, seja pelos líderes, vice-líderes, qualquer outro parlamentar ou o próprio relator da matéria. Então essa é uma forma que precisa ser corrigida. Eu fiz esse apelo ao presidente várias vezes, mas não houve essa correção no chamado processo de votação Covid. Então, pelo menos, presidente, pelo menos o retorno do encaminhamento de votação deve ser feito nessa matéria, se não como eu posso me manifestar antes da votação sendo que nós temos apenas o direito de declaração de voto? Esse é primeiro ponto que eu gostaria aqui de deixar consignado, para que V. Exa. possa levar isso à reunião da Mesa e deliberar o assunto, porque a gente fica aqui engessado e não se pode encaminhar a matéria. Por exemplo, presidente. Eu votei contra e sou contrário a isso. Por que sou contrário? Nós estamos agora no final da pandemia. Infelizmente, a solicitação por parte dos respectivos prefeitos... E eu quero aqui deixar claro, presidente, se não falam assim: “O deputado fala assim porque ele não tem prefeito como aliado”. Eu sou o deputado majoritário no Município de Ilicínea – vou deixar isso aqui consignado – e, mesmo assim, votei contra, porque nós estamos no final da pandemia. Não se justifica votar um projeto de declaração de calamidade pública para os municípios elencados no Projeto de Resolução nº 107, da Mesa da Assembleia, uma vez que nós estamos no final da pandemia. Mas tudo bem, presidente, o projeto já foi votado, já está sacramentado o processo legislativo, mas eu queria deixar aqui consignada esta questão de ordem. Se V. Exa. fizer qualquer outra votação mais adiante pelo processo da Covid, que permita o encaminhamento da matéria por qualquer deputado ou deputada, para que se manifeste antes da votação... Da forma como está o processo, eu entendo, salvo melhor juízo, que ele esteja eivado... Ele não obedece minimamente uma regularidade. Então, fica aqui, presidente, essa questão de ordem levantada para que V. Exa. possa posteriormente levá-la à Mesa e colocar isso aí aos olhos dos demais pares da Mesa, de forma a corrigir antes do processo de votação.

Eu não falei aqui de discussão da matéria, eu não falei em apresentar emenda. Eu falei apenas que possa ser feito o encaminhamento da matéria e, ao final, obviamente, a declaração de voto. Você encaminha dizendo por que vota a favor ou contra e, ao final, declara por que você votou contra ou a favor. É um processo que precisa ficar mais equilibrado nesse sentido. Agradeço à V. Exa. por me permitir fazer a questão de ordem, mesmo logo em seguida. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.841/2020, do deputado Raul Belém, que altera a Lei 18.185, de 4/6/2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República. Aferido caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vem o projeto ao Plenário para apreciação remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020. A presidência, nos termos do art. 3º da mesma deliberação, designa relator da matéria o deputado André Quintão. Com a palavra, o deputado André Quintão, para emitir seu parecer.

O deputado André Quintão – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

– O Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 1.841/2020 foi publicado na edição anterior.

O presidente – Muito obrigado, deputado André Quintão. Agradeço a V. Exa. o brilhante trabalho e o acolhimento de várias sugestões de inúmeros deputados. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 57 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.841/2020 na forma do Substitutivo nº 1. À redação final.

#### **Votação de Pareceres de Redação Final**

O presidente – A presidência designa relator o deputado André Quintão para emitir os Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 107/2020 e do Projeto de Lei nº 1.841/2020. Com a palavra, o deputado André Quintão, para emitir seus pareceres.

O deputado André Quintão – Sr. Presidente, meus pareceres são os seguintes:

– Os Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 107/2020 e do Projeto de Lei nº 1.841/2020 foram publicados na edição anterior.

O presidente – A presidência vai submeter os pareceres de redação final a votação pelo processo nominal e remoto, por meio da plataforma do Silegis. Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 107/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal

Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Fernando Pacheco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mauro Tramonte – Professor Irineu – Raul Belém – Roberto Andrade – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Cleitinho Azevedo – Delegada Sheila – João Vítor Xavier – Osvaldo Lopes – Sargento Rodrigues.

O presidente – Votamos o Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 107/2020. Informo que não conseguiu votar, mas gostaria de ter votado “sim”, o deputado Noraldino Júnior. A presidência informa ao Plenário, ainda, que o deputado Doutor Jean Freire também não conseguiu votar o Projeto de Resolução nº 107/2020, mas votaria “sim”, assim como está votando agora a redação final.

Votaram “sim” 46 deputados. Votaram “não” 5 deputados. Está aprovado o parecer. À promulgação.

Em votação, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.841/2020.

– Registram “sim”:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mauro Tramonte – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 54 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o parecer. À sanção.

### **Declarações de Voto**

O deputado Cristiano Silveira – Bom dia, presidente; bom dia, colega! Eu quero aqui dizer da alegria da aprovação dessa matéria, o Projeto nº 1.841/2020, que incorpora também o nosso projeto, o de nº 2.125, que tem o objetivo da suspensão dos prazos do término dos contratos por tempo determinado enquanto perdurar a pandemia. Nós estamos falando, presidente, de mais de 8 mil trabalhadores contratados por tempo determinado no estado. E essa turma está distribuída em várias áreas, como sistema prisional, a Uemg, a Unimontes, a Fhemig, a Hemominas, o IEF, o IMA, enfim (– Falha na transmissão do áudio.). E vejo que nós temos aí até (– Falha na transmissão do áudio.) efeito de encerramento de 2 mil contratos. Por que isso é importante? Porque, durante a pandemia, não é possível a realização do concurso, e a gente não pode desassistir a sociedade do serviço público, não é? Então, se os contratos encerrarem, a população ficaria prejudicada. Outra coisa, presidente, lamentavelmente não foi possível a gente retroagir o efeito dessa lei desde março, porque muita gente foi desligada a partir desse mês. Infelizmente não foi possível retroagir (– Falha na transmissão do áudio.) isso junto com o governo. Há também a questão da (– Falha na transmissão do áudio.) Porém, nós estamos propondo o seguinte: a suspensão de um dos (– Falha na transmissão do áudio.) da Lei nº 18.185, que impõe a quarentena de 24 meses para o retorno de quem foi desligado para ser recontratado. Então, se esse artigo for revisto, é possível que aqueles que foram desligados possam ser recontratados. Há interesse do serviço público, há interesse do próprio governo. O nosso apelo agora é para que o governo sancione esse PL hoje ou (– Falha na transmissão do áudio.) o mais rápido possível, porque a cada dia a gente tem a questão do impacto dessa possibilidade de contagem do tempo dos contratos. Então faço um pelo ao governo – o nosso líder Raul está aí – para que sancione o mais rápido possível esse PL e a gente possa garantir a manutenção dos contratos do Estado. Estou muito feliz.

Agradeço aos colegas a aprovação da matéria e por terem participado da construção desse projeto. E vamos em frente. Obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Cristiano Silveira. Parabenizo vossa excelência também pelo brilhante projeto. Com a palavra, para declaração de voto, a deputada Laura Serrano.

A deputada Laura Serrano – Bom dia, Sr. Presidente; bom dia, colegas parlamentares! Hoje eu venho declarar o meu voto em relação ao Projeto de Lei nº 1.841/2020, de autoria do nosso líder de governo, deputado Raul Belém. Vários colegas deputados também participaram da construção desse projeto, e venho declarar a sua relevância. Esse projeto estabelece a suspensão dos prazos de contratações por tempo determinado para que possam continuar até o fim da calamidade pública ou até o dia 1º/2/2021. É um projeto importante para que possa ser dada a continuidade a muitos serviços públicos essenciais prestados a nossa população de Minas. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, é um prazer. Sr. Presidente, o meu voto foi favorável, mas vou lembrar a V. Exa. que está virando uma farra agora o problema das eleições. Nós tivemos as convenções aí, e o pessoal não está lembrando que tem que ter um distanciamento, tem que usar máscara, que não pode fazer carreta, que não pode fazer passeata. Virou uma farra. Também em Belo Horizonte, Sr. Presidente, depois da abertura do comércio e dos bares... No último sábado, eu passava e ainda filmava: "Aqui não há coronavírus". Eu acho que o pessoal ainda não viu que nós estamos ainda em pandemia, apesar do índice de leitos estarem baixos, Sr. Presidente. Está uma farra. Mas eu vou lembrar aos que pediram para ficar em casa que agora o pessoal vai sair para votar. Nós vamos ter uma eleição atípica este ano, uma eleição em que muita gente não vai mais votar: "Eu estou com febre"; "Eu estou assim". Não vai precisar sair de casa para votar. Estava na hora de ter unificado essas eleições. Estava na hora de pegar esse fundo partidário e aplicar na saúde, aplicar no Brasil, aplicar na educação, melhorar essa internet, porque há muita gente, muita menina sem escola. Então, Sr. Presidente, fica aqui o protesto da farra que está acontecendo. O povo brasileiro, a população mineira tem que entender que nós ainda estamos em pandemia, ainda o coronavírus está aí. Não temos vacina ainda. Então, não é hora de fazer farra, principalmente no interior, onde ela está acontecendo. Existe a rincha política de um lado e do outro. Olhe aqui: passeata, carreta, todo mundo andando e se esquecendo que ainda temos essa maldade que chegou ao mundo. Para finalizar, Sr. Presidente, eu vou falar para V. Exa.: o que estou vendo hoje de máscara no chão nas ruas está parecendo brincadeira. O pior é que os pássaros estão começando a pegar essa máscara. O problema ambiental vai ficar sério, porque, em vez de usar máscara, em vez de descartar as máscaras com seriedade, estão colocando em qualquer lugar. Muito obrigado, Sr. Presidente. Fica aqui o protesto deste deputado, que sempre lutou pela unificação das eleições, sempre lutou por, agora, prorrogar essas eleições, porque não é hora de fazer eleição. Quero parabenizar V. Exa. e a Mesa, que está acompanhando todas as assembleias do Brasil e sabe que não há uma assembleia aberta ao público. São 3 mil pessoas que vão à Assembleia diariamente, e esta Casa não iria aguentar, com essa pandemia, esses visitantes aqui, hoje. Parabéns, V. Exa. E olhem aqui: juízo, minha gente!

O deputado Bartô – Bom dia, presidente, na pessoa de quem cumprimento todos os colegas da Casa, todos os técnicos e aqueles que nos acompanham também! Hoje eu vou declarar voto a respeito do projeto de calamidade, no qual votei em branco, e o projeto com relação aos contratos, suspendendo os vencimentos dos contratos. Com relação ao de calamidade, eu votei em branco porque realmente acredito que a pandemia já acabou. A doença é uma doença muito séria, não é uma "gripezinha", temos que ter cuidado. Então, reforço aqui que o pessoal mais velho, com comorbidades fique em casa, tenha os cuidados; se precisar sair, só lavando as mãos, passando álcool, com máscara, por aí vai. Agora a gente tem que conviver com essa doença, que é mais uma doença dentre todas as outras que a gente tem, mas não podemos continuar com a vida parada. Acho que de haver colapso no centro de saúde não há risco mais nenhum, tanto que foi até desfeito aqui o hospital de campanha. Assim, a gente tem que voltar gradualmente e com responsabilidade a nossa vida normal, por isso eu não acredito mais que valha a pena estar concedendo calamidade pública aos municípios. Porém, há uma questão – por isso eu votei em branco: esse projeto de calamidade pública também serve para permitir

retroagir questões que foram tomadas ao longo da pandemia. Sendo assim, eu votei em branco para também não ser contra essas questões passadas. Com relação ao projeto que suspende os prazos de vencimentos, é muito interessante, pois isso aí tinha uma burocracia que impediria que o governo recontratasse aqueles contratos que vencessem. Então, sendo assim, isso auxilia o governo. Porém, da forma como estava sendo colocado, estava de forma automática para todos. Então, queria agradecer ao relator André Quintão, ao proponente do projeto também, deputado Raul Belém, e a todos da Casa que puderam contribuir, principalmente à equipe técnica, que ainda está (– Falha na transmissão do áudio.) A gente fez uma emenda, que foi acatada na ideia. A gente colocou de uma forma mais clara, porque só falava que autorizaria o governo... Mas foi acatada a ideia de que, quando não houver mais a necessidade da situação transitória que foi colocada, eles poderiam cancelar o contrato, mesmo não tendo o prazo se extinguido. Então, nisso aí se acatou a nossa ideia. Acho que podemos contribuir aí. Agradeço o reconhecimento e a contribuição feita pelo próprio relator. Presidente, muito obrigado. Abraço a todos.

O deputado Raul Belém – Bom dia, presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados! Quero, inicialmente, fazer um agradecimento, presidente, a V. Exa., que não mediu esforços para colocar esse projeto em votação no tempo mais rápido possível. Quero agradecer também ao relator André Quintão; àqueles que contribuíram também com seus projetos para essa aprovação da matéria; ao deputado Cristiano Silveira; ao deputado Elismar Prado; à deputada Ana Paula Siqueira; à deputada Beatriz Cerqueira; e a todos os deputados que trabalharam muito para que nós pudéssemos aprovar, neste dia, esse projeto de tamanha relevância, que é importante para o cidadão, que é a continuidade do serviço público e também dos nossos servidores que teriam o contrato vencendo nos próximos dias. Então, com esse projeto, enquanto durar a pandemia, nós teremos prorrogado o prazo desses contratos de vencimento. Queria agradecer a todas as deputadas; a todos os deputados; aos servidores públicos que nos procuraram, colocando essa dificuldade para o momento; também ao governo do Estado, que também encaminhou uma matéria no mesmo sentido à Casa, preocupado com a questão da continuidade do serviço público e naturalmente com os servidores públicos também, porque é muito difícil você fazer processo seletivo e concurso público num momento de pandemia como este. Eu coloco aqui o meu agradecimento a todos que contribuíram. E, com certeza, pedirei ao governador, em nome de toda a Assembleia e dos servidores públicos, a sanção no prazo mais rápido possível, para que os servidores não sejam mais impactados. Era isso, presidente. Muito obrigado a todos.

O presidente – Muito obrigado, deputado Raul Belém. Parabéns V. Exa. pelo projeto importante aprovado no dia de hoje. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, presidente. Eu também queria, presidente, parabenizar o autor, o deputado Raul Belém, pela iniciativa da matéria e obviamente parabenizar o relator, o deputado André Quintão, que soube fazer a amarração mais justa possível, inclusive acolhendo sugestões de vários parlamentares. Dentre esses parlamentares, parte de uma emenda deste deputado. Presidente, mas eu queria aqui fazer apenas um desabafo, eu diria, de indignação. O governo não precisaria ter feito as inúmeras demissões. O governo não poderia e não deveria ter feito isso. A deputada Laura Serrano havia apresentado um projeto de lei, anterior a esse projeto, bem antes, e nós havíamos apresentado uma emenda, que foi transformada no art. 7º da Lei nº 23.630, que autorizava o governador, que autorizava o governo a aditar ou a prorrogar esses contratos que estavam vencendo desde o dia 2 de abril. A lei foi sancionada pelo governador Romeu Zema, lei de autoria da deputada Laura Serrano. O relator, deputado Tito Torres, à época, acatou uma emenda que foi transformada no art. 7º. Esse art. 7º autorizava o governo a aditar ou a prorrogar os contratos administrativos, especialmente os da área de segurança pública. Infelizmente, o governo Romeu Zema, o secretário de Justiça e Segurança Pública, eles optaram por fazer diversas demissões, presidente. Eu apresentei, inclusive à Mesa da Assembleia – espero que seja acatado na tarde de hoje, na reunião ordinária das 14 horas –, um pedido para que a secretaria nos informe, desde esse período até a presente data, quantas demissões foram feitas. Aí nós vamos conhecer a maldade que foi feita por não terem acatado a lei, que já estava aprovada – art. 7º da Lei nº 26.630, de 2/4/2020. Presidente, vou repetir, 2/4/2020. Então não era para terem feito essas demissões, porque a nossa emenda ao projeto de lei da deputada Laura Serrano já permitia ao governador Romeu Zema manter os

contratos. De qualquer forma, eu quero parabenizar o autor da matéria, o deputado Raul Belém, porque, de agora em diante, o governo não precisa fazer nenhuma demissão durante o período de pandemia até 1º/2/2021. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Com a palavra, para declaração de voto, a deputada Andreia de Jesus. Parece que estamos com problemas. OK. Estamos ouvindo a senhora.

A deputada Andréia de Jesus – Consegui, presidente. Nossa, não passe minha vez não! Bom dia, presidente; bom dia, deputados e deputadas! Minha declaração de voto, presidente: votei favoravelmente ao projeto de lei. Quero parabenizar o relator André Quintão, líder do meu bloco. Quero parabenizar o deputado Raul Belém pela proposição, que eu considero fundamental. É fundamental por três motivos. Primeiro, a suspensão dos prazos para a manutenção dos contratos significa manutenção de emprego, manutenção de renda, manutenção do serviço público, que é universal, que tem de ser para todos e, principalmente, de qualidade. É imprescindível o papel do servidor público na permanência, na continuidade dos serviços, mesmo durante a pandemia. Isso, para a gente, é imperativo. Por isso votei favoravelmente. Estamos diante do cenário também do aumento do arroz, de elementos fundamentais, de itens fundamentais da cesta básica, que estão virando artigo de luxo. Qualquer ação positiva como esta que a Casa hoje acaba de aprovar é, sim, um alívio para os trabalhadores e trabalhadoras. Por isso quero, principalmente, parabenizar todos. Essa vitória é uma vitória dos servidores organizados, que também trouxeram toda a sua demanda para esta Casa. E foram ouvidos prontamente. Também votei favoravelmente ao estado de calamidade, porque a calamidade não se trata só dos resultados da pandemia, da doença em si, mas de todas as consequências econômicas que vão recair sobre os municípios. Sabe, presidente, colegas, é preciso ter muita responsabilidade, sabendo que a Lei de Responsabilidade Fiscal só prejudica e, inclusive, reduz o atendimento àquele que está lá na ponta e precisa do serviço público. Então as prefeituras precisam se organizar para continuar dando respostas não só à redução da pandemia, como também às consequências econômicas que ainda continuam na nossa vida. A resposta do governo do Estado, só para finalizar, ofertando esses R\$39,00 de auxílio emergencial, é mais uma vez um deboche, uma falta de sensibilidade com o povo que já teve uma redução do auxílio emergencial de 50%, do governo federal. Então esse estado de calamidade também vai ajudar os municípios a se organizar e garantir que o serviço atenda àquele que precisa. Essas são as minhas considerações, presidente.

O deputado Carlos Pimenta – Bom dia, presidente; bom dia, colegas deputadas e colegas deputados! Eu só queria, presidente, dizer que, depois daquela reunião que nós tivemos ontem com os presidentes de comissões, e foi muito boa a reunião... O modelo que V. Exa. está propondo para a Assembleia de Minas é o modelo que vai ter uma abertura gradativa da Assembleia. Isso é muito importante. Eu comecei a analisar a importância de as comissões voltarem a funcionar neste momento. Eu estive ontem em Porteirinha. Daqui a pouco, eu estarei indo para Monte Azul fazer uma visita ao hospital de Monte Azul. Eu vejo a necessidade de o Estado ter um plano de atendimento à saúde neste momento em que a gente vê o controle da pandemia de coronavírus. Nós estamos com o controle. Ele está nas nossas mãos. Eu acredito que isso não depende mais de nenhuma autoridade, depende única e exclusivamente da população, do comportamento da população. Se a população tiver a compreensão de que agora é a vez de ela fazer a sua parte, eu acredito que, dentro de mais alguns meses, nós vamos estar com o controle absoluto, podendo ver o declínio da pandemia. A Comissão de Saúde, presidente, vai atuar. Ontem o Dr. Hely Tarquínio nos pedia, pedia a V. Exa. que a gente pudesse interceder pela instalação do tomógrafo em Patos de Minas, que já está lá em Patos de Minas, no hospital da Fhemig. Imediatamente entrei em contato com o presidente da Fhemig, Dr. Fábio. Eu estarei marcando, na próxima semana, encontro com o Dr. Fábio, em Belo Horizonte, para a gente poder ver esses detalhes. Eu queria aproveitar a presença das companheiras deputadas e dos companheiros deputados e de V. Exa., Agostinho Patrus. Espero que a gente possa, neste momento, que é importante, que é crucial, que é oportuno, colocar a Comissão de Saúde para trabalhar nesses pequenos detalhes, nas demandas dos deputados, em contato com os órgãos do governo do Estado e com os órgãos do governo federal, para a gente poder encontrar pequenas soluções, que certamente serão importantes. Eu termino, presidente, pedindo vênias à deputada Andréia, que falou agora em deboche. Eu não vejo deboche, Andréia. Eu vejo que o Estado está fazendo um esforço muito grande. É pequena a ajuda de R\$39,00. É pequena. Gostaríamos que

fossem R\$200,00, R\$300,00, como a do governo federal. Mas é uma pequena ajuda que vai fazer falta e que vai ajudar muito as famílias. É a compra da alimentação, a compra do leite das crianças, a compra do pão para a casa. É uma pequena ajuda, sim. Nunca debochem, pelo amor de Deus! O momento agora é o momento do esforço que estamos fazendo, e qualquer centavo que vier a ser economizado e qualquer real que vier a ser repassado para a população carente não é deboche, é uma dádiva de Deus, do governo do Estado, para que a gente possa ajudar principalmente quem está aí passando fome. São as nossas crianças que precisam de leite. Muito obrigado, presidente.

A deputada Marília Campos – Bom dia, presidente; bom dia, deputados e deputadas; público que nos acompanha nesta sessão extraordinária! Votei também favorável aos projetos, presidente, por entender, em primeiro lugar, que o projeto apresentado pelo deputado Raul Belém e outros deputados e apresentado pela relatoria também, pelo deputado André Quintão, é muito relevante não apenas porque preserva o emprego, mas também porque garante a continuidade da prestação do serviço público. Então votei “sim”. Também nos projetos de calamidade votei “sim”, uma vez que, na minha opinião, não existe esse quadro de que a pandemia acabou. Ainda continuam pessoas morrendo e ainda continua o nível de proliferação, e com uma preocupação adicional, que é a reincidência ou as novas contaminações em função da questão do coronavírus. Há uma queda, mas ainda não é o fim de uma pandemia. Então é importante a gente apoiar os municípios que fazem essa solicitação à Assembleia. Presidente, pedi para declarar o meu voto e também para expressar um posicionamento e fazer um pedido a V. Exa. Nós aprovamos a lei aqui na Assembleia, a Lei nº 23.675, com a votação de 60 deputados e nenhum voto em contrário. Essa lei garante a prioridade para o trabalho remoto para servidores e servidoras do Executivo, do Legislativo e também do Poder Judiciário que têm filhos em idade escolar. O Poder Judiciário já fez a regulamentação, e a Assembleia Legislativa, onde foi votada a lei, ainda não fez a regulamentação, e estamos num período em que V. Exa. inclusive, juntamente com os presidentes das comissões, já determinou uma volta gradativa. Isso vai significar que servidores e servidoras serão convocados inclusive para o trabalho que não será apenas remoto. Então gostaríamos de fazer um pedido a V. Exa. e também à Mesa da Assembleia, de regulamentação da Lei nº 23.675, no sentido de garantir que servidores que tenham filhos em idade escolar sejam priorizados no trabalho remoto. Esse é o meu pedido, presidente, e gostaria muito que fosse atendido para que a gente possa inclusive cumprir a lei que foi aprovada por esta Casa. Obrigada.

O presidente – Muito obrigado, deputada Marília Campos. Informamos a V. Exa. e aos demais parlamentares que a Assembleia tem cumprido e feito com que o trabalho remoto esteja estendido ao maior número possível de servidores. Temos trabalhado aqui com o menor contingente possível para que a Casa mantenha o seu funcionamento e para que as pessoas possam também manter a sua saúde. Só aqueles que são estritamente demandados e necessários é que estão comparecendo ao Parlamento Mineiro.

### **Encerramento**

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

### **ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 11/5/2020**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo: ao deputado Tadeu Martins Leite, processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção corretiva e assistência técnica em sistemas de captação e retransmissão de sinais de áudio e vídeo – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Radiodifusão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da

Casa, aprovado; ao deputado Carlos Henrique, os seguintes processos, aprovados na forma do projeto de resolução apresentado: Ofício nº 160/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados, em que encaminha o Decreto nº 10.507/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 161/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Alto Rio Doce, em que encaminha o Decreto nº 2.685/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 162/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Aricanduva, em que encaminha o Decreto nº 20/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 163/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Baependi, em que encaminha o Decreto nº 23/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 164/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Bela Vista de Minas, em que encaminha o Decreto nº 435/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 165/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Belo Oriente, em que encaminha o Decreto nº 41/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 166/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Bocaiúva, em que encaminha o Decreto nº 7.474/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 167/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Galho, em que encaminha o Decreto nº 1.756/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 168/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Bonito de Minas, em que encaminha o Decreto nº 785/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 169/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Brazópolis, em que encaminha o Decreto nº 47/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 170/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Bueno Brandão, em que encaminha o Decreto nº 77/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 171/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Cana Verde, em que encaminha o Decreto nº 1.182/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 172/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Carandaí, em que encaminha o Decreto nº 5.155/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 173/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Carmo da Mata, em que encaminha o Decreto nº 2.583/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 174/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Dolores de Guanhães, em que encaminha o Decreto nº 38/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 175/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Elói Mendes, em que encaminha o Decreto nº 2.653/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 176/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Esmeraldas, em que encaminha o Decreto nº 119/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 177/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Iapu, em que encaminha o Decreto nº 96/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 178/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas, em que encaminha o Decreto nº 16/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 179/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Inhapim, em que encaminha o Decreto nº 565/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 180/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Lima Duarte, em que encaminha o Decreto nº 49/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 181/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Mamonas, em que encaminha o Decreto nº 16/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 182/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Mar de Espanha, em que encaminha o Decreto nº 261/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município,

decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 183/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Mateus Leme, em que encaminha o Decreto nº 31/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 184/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Cardoso, em que encaminha o Decreto nº 196/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 185/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Mirai, em que encaminha o Decreto nº 33/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 186/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Paraopeba, em que encaminha o Decreto nº 45/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 187/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Nova Porteirinha, em que encaminha o Decreto nº 30/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 188/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Piranguinho, em que encaminha o Decreto nº 126/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 189/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Poté, em que encaminha o Decreto nº 732/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 190/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Recreio, em que encaminha o Decreto nº 323/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 191/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Resende Costa, em que encaminha o Decreto nº 93/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 192/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Rio Novo, em que encaminha o Decreto nº 9/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 193/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Rodeiro, em que encaminha o Decreto nº 294/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 194/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Rubim, em que encaminha o Decreto nº 29/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 195/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Sacramento, em que encaminha o Decreto nº 103/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 196/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Peçanha, em que encaminha o Decreto nº 1.469/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 197/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Minas, em que encaminha o Decreto nº 3.195/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 198/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Rio Preto, em que encaminha o Decreto nº 13/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 199/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula, em que encaminha o Decreto nº 465/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 200/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo, em que encaminha o Decreto nº 98/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 201/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de São João do Oriente, em que encaminha o Decreto nº 15/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 202/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de São Joaquim de Bicas, em que encaminha o Decreto nº 861/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 203/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Rio Verde, em que encaminha o Decreto nº 1.292/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 204/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de São Vicente de Minas, em que encaminha o Decreto nº 41/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 205/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim, em que encaminha o Decreto nº 2.026/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 206/2020, de autoria da Prefeitura

Municipal de Sericita, em que encaminha o Decreto nº 543/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 207/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, em que encaminha o Decreto nº 6.250/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 208/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Tocos do Moji, em que encaminha o Decreto nº 2.583/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 209/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Cajuri, em que encaminha o Decreto nº 1.433/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 210/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Itabirito, em que encaminha o Decreto nº 13.147/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 211/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Riacho dos Machados, em que encaminha o Decreto nº 217/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 213/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de São Pedro do Suaçuí, em que encaminha o Decreto nº 1.240/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 214/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Crisólita, em que encaminha o Decreto nº 147/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 14 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 14 de maio de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 5/5/2020**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. A seguir, a Mesa, nos termos do art. 12, inciso II, da Deliberação nº 2.598/2014, e art. 161, inciso XIII, da Resolução nº 3.800/1985, homologa o Processo Licitatório – Pregão Eletrônico nº 37/2019, referente ao Processo no Portal de Compras nº 1011014 092/2019, destinado à contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção predial, conforme solicitação da Gerência-Geral de Suporte Logístico, e autoriza a celebração do contrato com a empresa Moa Manutenção e Operação Ltda., pregoante vencedora. Isso posto, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Antônio Carlos Arantes os seguintes processos, aprovados na forma do projeto de resolução apresentado: Ofício nº 105/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Betim, em que encaminha o Decreto nº 42.082/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 106/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Aimorés, em que encaminha o Decreto nº 15/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 107/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Alto Jequitibá, em que encaminha o Decreto nº 1.923/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 108/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Barroso, em que encaminha o Decreto nº 4.100/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 109/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Borda da Mata, em que encaminha o Decreto nº 4.284/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 110/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Brasilândia de Minas, em que encaminha o Decreto nº 29/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública

naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 111/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Brumadinho, em que encaminha o Decreto nº 53/2020, para reconhecimentos do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 112/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Caldas, em que encaminha o Decreto nº 1.543/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 113/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Campo Florido, em que encaminha o Decreto nº 23/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 114/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Canaã, em que encaminha o Decreto nº 9/2020, para reconhecimentos do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 115/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Capim Branco, em que encaminha o Decreto nº 2.148/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 116/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Carneirinho, em que encaminha a Lei Municipal nº 1.550/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 117/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Catas Altas da Noruega, em que encaminha o Decreto nº 9/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 118/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Catuji, em que encaminha o Decreto nº 1.268/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 119/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros, em que encaminha o Decreto nº 2.087/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 120/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Confins, em que encaminha o Decreto nº 1.034/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 121/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Congonhas, em que encaminha o Decreto nº 6.949/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 122/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Coqueiral, em que encaminha o Decreto nº 2.415/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 123/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Crucilândia, em que encaminha o Decreto nº 25/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 124/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Cruzília, em que encaminha o Decreto nº 2.321/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 125/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Curvelo, em que encaminha o Decreto nº 4.070/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 126/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Divino, em que encaminha o Decreto nº 358/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 127/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Dom Viçoso, em que encaminha o Decreto nº 389/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 128/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Dolores de Campos, em que encaminha o Decreto nº 33/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 129/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Engenheiro Navarro, em que encaminha o Decreto nº 1.212/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 130/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Fronteira, em que encaminha o Decreto nº 5.342/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 131/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Grupiara, em que encaminha o Decreto nº 35/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 132/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Guaraciaba, em que encaminha o Decreto nº 34/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 133/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Inhaúma, em que encaminha o Decreto nº 8/2020, para reconhecimento do estado

de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 134/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Itacarambi, em que encaminha o Decreto nº 17/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 135/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Itamoji, em que encaminha o Decreto nº 23/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 136/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Iturama, em que encaminha o Decreto nº 7.567/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 137/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Itutinga, em que encaminha o Decreto nº 4.695/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 138/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Lagoa Dourada, em que encaminha o Decreto nº 4/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 139/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Medina, em que encaminha o Decreto nº 26/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 140/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Mutum, em que encaminha o Decreto nº 5.809/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 141/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Nepomuceno, em que encaminha o Decreto nº 1.273/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 142/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Ouro Branco, em que encaminha o Decreto nº 9.683/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 143/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Passa Tempo, em que encaminha o Decreto nº 23/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 144/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Patos de Minas, em que encaminha a Lei Complementar Municipal nº 625/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 145/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Planura, em que encaminha o Decreto nº 51/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 146/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, em que encaminha o Decreto nº 13.286/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 147/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Porteirinha, em que encaminha o Decreto nº 1.416/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 148/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Rio Doce, em que encaminha o Decreto nº 1.858/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 149/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí, em que encaminha o Decreto Legislativo nº 2/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 150/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de São José do Jacuri, em que encaminha o Decreto nº 14/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 151/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Ubá, em que encaminha o Decreto nº 6.382/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 152/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Brasília de Minas, em que encaminha o Decreto nº 3.639/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 153/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Divinésia, em que encaminha o Decreto nº 69/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 154/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Jeceaba, em que encaminha o Decreto nº 255/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 155/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Pains, em que encaminha o Decreto nº 41/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 156/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de São Romão, em que encaminha o Decreto nº

15/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19; Ofício nº 157/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Tarumirim, em que encaminha o Decreto nº 744/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, em decorrência da pandemia de Covid-19. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 7 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 7 de maio de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

### **ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 7/5/2020**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa C & C Empreendimentos Comerciais e Serviços Especializados em Geral – Eireli, tendo como objeto a prestação de serviços de jardinagem nas áreas verdes da Praça Carlos Chagas – parecer favorável à revisão de preços em razão do reajuste das passagens de ônibus coletivo urbano intermunicipal, da Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2020, bem como da exclusão da contribuição social de 10% (dez por cento) sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS –, devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, a partir de 1º/1/2020, por força da Lei Federal nº 13.932/2019, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa aprova as seguintes proposições: Requerimento nº 4.987/2020, de autoria do deputado Bartô, em que requer sejam encaminhados ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG – ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, ao governador do Estado e ao corregedor-geral do TJMG pedido de informações referente à Portaria Conjunta nº 19/PR – TJMG/2020, que determina as medidas a serem tomadas no sistema prisional para contingenciamento da pandemia de Covid-19 (coronavírus), especificando: o número de presos beneficiados com a portaria supracitada; o custo do remanejamento de presos e da criação das 16 unidades de referência de que trata o art. 9º da portaria, bem como o prazo para execução dessas medidas; quais critérios serão utilizados para a revisão das prisões cautelares; quais critérios serão utilizados para revisão de cumprimento de pena para aqueles que se encontram no grupo de risco, tendo em vista que vários poderão estar cumprindo pena em regime fechado; como será o monitoramento dos presos que terão suspensa a obrigatoriedade de justificativa; quais as providências que o Grupo de Monitoramento e Fiscalização – GMF – seguirá quando de posse da lista de presos beneficiados com a portaria; e pedido de providências para a divulgação ampla e clara dessa portaria conjunta para que se dê conhecimento à população da eventual soltura de presos; Requerimento nº 5.040/2020, de autoria da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a obtenção de recursos extras junto ao Ministério da Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, haja vista que a crise econômica do Estado tem impedido a execução dos investimentos mínimos fixados em lei e na Constituição da República; Requerimento nº 5.104/2020, de autoria da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e à Coordenação-Geral da Coordenadoria de Estado de Políticas para Mulheres – CEPM – pedido de informações acerca do funcionamento e atendimento do Centro Risoleta Neves de Atendimento à Mulher – Cerna –, enquanto durar o estado de calamidade pública em função da Covid-19, bem como sobre se foram desenvolvidos instrumentos que visem garantir os serviços de atendimento e enfrentamento à violência contra a mulher neste período; Requerimento nº 5.110/2020, de

autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao diretor de Relações Institucionais e Comunicação da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a cobrança de contas de energia elétrica a partir de estimativa de consumo e não por leitura *in loco* em função da redução do número de trabalhadores leituristas ou da suspensão do trabalho em razão do recolhimento social, determinado para o combate à pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.127/2020, de autoria do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a quantidade de ventiladores pulmonares de UTI que o Governo do Estado possui para atendimento à rede hospitalar no enfrentamento da pandemia de Covid-19, causada pelo novo coronavírus; Requerimento nº 5.137/2020, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os valores e as fontes dos recursos financeiros que estão sendo destinados às ações de enfrentamento do surto de Covid-19 no Estado e sobre quais valores estão sendo repassados aos hospitais com leitos de isolamento selecionados para o atendimento dos casos da doença; Requerimento nº 5.140/2020, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao ministro da Saúde pedido de informações sobre os valores e as fontes dos recursos financeiros que estão sendo destinados às ações de enfrentamento do surto de Covid-19 no Estado e sobre que valores estão sendo repassados aos hospitais com leitos de isolamento selecionados para o atendimento dos casos da doença; Requerimento nº 5.166/2020, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao presidente do Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde da Covid-19 – Comitê Extraordinário Covid-19 – e ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre a continuidade do tratamento dos pacientes psiquiátricos do Hospital Galba Velloso, tendo em vista o remanejamento desses pacientes para o Instituto Raul Soares, bem como sobre a reabertura dos leitos para os pacientes psiquiátricos graves no referido hospital e a destinação dos leitos ociosos do setor ortopédico do hospital, depois de superada a crise de Covid-19; Requerimento nº 5.175/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a fiscalização de práticas comerciais abusivas em relação a bens e serviços essenciais à saúde, à higiene e à alimentação, conforme dispõe o art. 2º da Deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19 nº 17, de 22 de março de 2020, que veda práticas comerciais abusivas, pelos produtores e fornecedores, em relação a bens ou serviços essenciais à saúde, à higiene e à alimentação; Requerimento nº 5.176/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a fiscalização de estabelecimentos, entidades e empresas, públicas e privadas, quanto à limitação do quantitativo para a aquisição individual de produtos essenciais à saúde, à higiene e à alimentação, conforme dispõe o art. 5º da Deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19 nº 17, de 22 de março de 2020, que estabelece que compete às autoridades sanitárias e aos órgãos de segurança pública do Estado a fiscalização de estabelecimentos, entidades e empresas, públicas e privadas, concessionários e permissionários de transporte coletivo e de serviço público acerca do cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 3º e 4º da referida deliberação; Requerimento nº 5.178/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o funcionamento do Programa Fica Vivo, detalhando em quais condições tem funcionado e com quais servidores, indicando se algum contingente de servidores foi suspenso e em que condições, com a devida justificativa; Requerimento nº 5.191/2020, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as ações adotadas em relação às aulas suspensas nas escolas estaduais, indicando se existe algum plano estratégico para que os alunos das escolas estaduais não percam o ano letivo por conta da pandemia de Covid-19, causada pelo novo coronavírus; Requerimento nº 5.192/2020, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado à secretária municipal de Educação de Juiz de Fora pedido de informações sobre as ações adotadas pela secretaria em relação às aulas suspensas nas escolas municipais, indicando se existe algum plano estratégico para que os alunos não percam o ano letivo por conta da pandemia de Covid-19, causada pelo novo coronavírus; Requerimento nº 5.196/2020, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao secretário municipal de Saúde de Juiz de Fora pedido de informações sobre a possibilidade de instalação de um hospital de campanha naquele

município e a previsão para sua implantação, tendo em vista a alta incidência de casos de infecção pelo novo coronavírus no município e a urgência de ampliação dos leitos no Sistema Único de Saúde – SUS – por ser a cidade referência na Zona da Mata Mineira; Requerimento nº 5.197/2020, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a possibilidade de instalação de um hospital de campanha em Juiz de Fora e a previsão para sua implantação, tendo em vista a alta incidência de casos de infecção pelo novo coronavírus no município e a urgência de ampliação dos leitos no SUS por ser a cidade referência na Zona da Mata Mineira; Requerimento nº 5.273/2020, de autoria do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde e à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as medidas preventivas quanto à Covid-19 entre povos e comunidades tradicionais do Estado, especificando-se quais medidas de emergência estão sendo adotadas para que esses grupos tenham acesso a renda, alimentação, abastecimento de água potável, informação e aos protocolos de prevenção da doença; quais são os dados de acesso aos serviços médico-hospitalares, notificações, tratamento de casos suspeitos ou confirmados nesses grupos; se existem leitos hospitalares disponíveis e instalações adequadas para atender eventuais atingidos pela Covid-19; se há previsão para a contratação de médicos e profissionais da saúde para o atendimento aos territórios tradicionais e quando os *kits* de testagem estarão disponíveis para essa população; Requerimento nº 5.274/2020, de autoria do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado aos secretários de Estado de Saúde e de Governo pedido de informações sobre o fechamento do Hospital Galba Velloso psiquiátrico; Requerimento nº 5.291/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a abertura de linhas de créditos subsidiados pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – para fomento e incentivo à geração de emprego e renda para os empreendimentos econômicos solidários da Economia Popular Solidária – EPS –, conforme a Lei nº 15.028/2004, que institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Minas Gerais – Pefeps –, em seu art. 4º, inciso XIV; Requerimento nº 5.292/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de informações sobre a utilização dos recursos da Loteria Mineira do Estado para as entidades do Programa Rede Cuidar, previstos na Lei nº 22.597/2017, que cria o Programa de Aprimoramento da Rede Socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social – Suas – visando ao enfrentamento da pandemia do coronavírus; Requerimento nº 5.340/2020, de autoria do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre quais recursos foram enviados ao Estado pelo Ministério da Saúde e quais serão repassados aos hospitais com leitos de UTI; Requerimento nº 5.341/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à Sedese pedido de informações sobre a elaboração e o desenvolvimento das estratégias e ações de enfrentamento à pobreza no campo para as regiões economicamente deprimidas do Estado, especialmente Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Norte de Minas, no contexto de pandemia do novo coronavírus; Requerimento nº 5.343/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado ao secretário-geral do Estado e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre as estratégias de comunicação adotadas para informar sobre a pandemia causada pelo novo coronavírus e as formas de proteção e prevenção implementadas pelo poder público, com conteúdo em conformidade às orientações da Organização Mundial de Saúde – OMS –; Requerimento nº 5.344/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais – Utramig – pedido de informações sobre a garantia de acesso à internet pelos jovens de baixa renda ou habitantes de regiões rurais para que acessem os cursos técnicos, antes presenciais, que serão ofertados na modalidade a distância pela política de qualificação profissional da Utramig; Requerimento nº 5.345/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as medidas que estão sendo adotadas para as trabalhadoras e trabalhadores informais, inclusive para os jovens maiores de 16 anos que estão desempregados; Requerimento nº 5.346/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as políticas que estão sendo elaboradas e adotadas, especificamente, para as juventudes, em especial, as periféricas, de ocupações, rurais, indígenas e

quilombolas, no que diz respeito à prevenção da disseminação do novo coronavírus; Requerimento nº 5.349/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre que medidas estão sendo adotadas para apoiar os municípios com relação às pessoas que se encontram em situação de rua, especialmente as ações referentes ao auxílio emergencial, pensão social, abrigo e alimentação; Requerimento nº 5.350/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre que medidas estão sendo adotadas para que os empreendimentos econômicos solidários da economia popular solidária sejam qualificados para a produção de equipamentos de proteção individual – EPIs –, quais são os empreendimentos selecionados e quais os critérios utilizados para a seleção; Requerimento nº 5.351/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre que medidas estão sendo tomadas pela pasta para atender a população de travestis e transsexuais do Estado, considerando-se o contexto de vulnerabilidade econômica e social dessa população; Requerimento nº 5.355/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre que medidas estão sendo elaboradas e adotadas para articular, coordenar e integrar as ações de segurança alimentar e nutricional no âmbito das diversas secretarias de Estado para o enfrentamento dos efeitos da pandemia do novo coronavírus; Requerimento nº 5.357/2020, de autoria do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a metodologia utilizada no boletim epidemiológico sobre o coronavírus, publicado diariamente por aquela secretaria, esclarecendo-se como se dá o fluxo de informações fornecidas pelos municípios sobre novos casos e óbitos; Requerimento nº 5.360/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para isentar, pelo período de quatro meses, do pagamento da conta de água e taxa de esgoto os moradores de Ubá que foram demitidos ou que comprovarem terem perdido sua renda em razão da pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.361/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Energisa Minas Gerais Distribuição de Energia S.A., em Cataguases, pedido de providências para que sejam isentos, pelo período de quatro meses, do pagamento da conta de energia elétrica, os moradores da cidade de Ubá que foram demitidos de seus empregos ou que comprovarem terem perdido sua renda em consequência da pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.370/2020, de autoria do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a determinação do governador do Estado que libera recursos na casa dos R\$84.088.086,34 (oitenta e quatro milhões, oitenta e oito mil e oitenta e seis reais e trinta e quatro centavos) para a compra de ventiladores pulmonares para o combate à pandemia causada pelo novo coronavírus e sobre a distribuição desses aparelhos pelo Estado, especialmente na Região da Zona da Mata, que tem como base principal os hospitais de Cataguases, Leopoldina e Além Paraíba; Requerimento nº 5.377/2020, de autoria da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria-Geral do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, à Sedese, à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG – e ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Minas Gerais – Cedraf-MG – pedido de providências para assegurar o direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso à terra e à água; Requerimento nº 5.383/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os valores que serão repassados pelo governo federal ao Estado para investimentos na saúde em cada uma das formas de transferência anunciadas - fundo a fundo pelo Fundo Nacional de Saúde e pelo Fundo de Participação de Estados –, bem como aos municípios; Requerimento nº 5.384/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as medidas que estão sendo tomadas para suprir o *deficit* de testes de diagnóstico de Covid-19 no Estado, com vistas a garantir os insumos necessários para que as unidades procedam à testagem, e sobre a meta total de aplicação de testes no Estado; Requerimento nº 5.386/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido

de informações acerca das medidas tomadas para a execução de obras de manutenção, correção ou ampliação de infraestrutura nas unidades, no período de suspensão das aulas, iniciado em 23 de março; Requerimento nº 5.388/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os estudos científicos e dados técnicos que embasaram e justificaram a determinação do retorno dos servidores da educação ao trabalho, nos dias 14 e 22, incluindo o trabalho presencial, e as razões da não obrigatoriedade de recolhimento dos profissionais de educação com mais de 60 anos e de outros grupos de risco; Requerimento nº 5.389/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a porcentagem de alunos que têm condição material de entrar corretamente no regime não presencial, a porcentagem dos alunos que ficarão de fora por não possuir a infraestrutura e equipamentos necessários às teleaulas, bem como sobre o tratamento que será dado a esses alunos excluídos para que não sejam prejudicados; Requerimento nº 5.391/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o cronograma da secretaria para a reposição das aulas nos ensinos médio, fundamental e infantil e na educação para jovens e adultos - EJA -, já que essa pasta orienta e indica tais procedimentos para 80% dos municípios mineiros; Requerimento nº 5.392/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a pedagogia adotada no regime de estudo não presencial, a preparação e a formação dos professores para essa adaptação pedagógica, bem como se as teleaulas serão computadas para efeito de cumprimento das 800 horas-aulas e 200 dias do ano letivo e como isso se dará; Requerimento nº 5.393/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a infraestrutura necessária para a implementação do regime de estudos não presencial, tanto para a escola como para cada aluno, a porcentagem de escolas estaduais que possuem a estrutura necessária completa para aulas virtuais, como computadores, câmeras, redes de internet, *softwares* para transmissão das aulas, e a porcentagem de professores que detêm equipamentos e a rede de instrumentos necessários para realização do teletrabalho; Requerimento nº 5.402/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os parâmetros e os critérios objetivos de distribuição dos recursos da área – hospitais referência, número de leitos, número de UTIs e outros – e sobre o valor mínimo que cada unidade hospitalar poderá receber; Requerimento nº 5.403/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os índices de subnotificações dos casos de pandemia de Covid-19 e sobre as medidas práticas já tomadas e que estão sendo tomadas para reduzir essas subnotificações; Requerimento nº 5.404/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a quantidade de leitos, tanto do SUS como de particulares, de unidades intensivas de tratamento – UTIs –, em Minas Gerais, além de sua distribuição regional e plano de ocupação; Requerimento nº 5.406/2020, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de providências para que, conforme sugestão da Associação Profissional dos Despachantes Documentalistas de Minas Gerais – Adesdoc –, seja publicada portaria recomendando que todos os procedimentos sejam realizados por intermédio de despachante, como forma de evitar aglomerações e dar continuidade à prestação dos serviços, uma vez que, em virtude da pandemia provocada pelo novo coronavírus, as atividades do Detran-MG foram suspensas e, diante da essencialidade do acesso a alguns serviços, a hipótese acima é válida e atenderia à demanda dos cidadãos; Requerimento nº 5.411/2020, de autoria do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fhemig pedido de informações sobre a denúncia de falta de equipamentos de proteção individual para os servidores da área da saúde na rede, especialmente quanto à recomendação de reutilização de capotes de tecido pelos servidores; Requerimento nº 5.412/2020, de autoria do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fhemig pedido de informações sobre como ficarão os cronogramas das cirurgias eletivas no Hospital Cristiano Machado, já que, segundo informações, esse é o único hospital para esse tipo de atendimento em Sabará e estará, em poucos dias, com todos os seus leitos ocupados com pacientes crônicos; e, ainda, se há algum cronograma, após esse período de pandemia, para a retomada das cirurgias

eletivas; Requerimento nº 5.415/2020, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao secretário municipal de Saúde de Juiz de Fora pedido de informações sobre se já apresentou a prestação de contas relativa ao Convênio nº 1.845/2012, referente à construção do Hospital Regional de Juiz de Fora e se esse hospital já está liberado para recebimento de recursos; Requerimento nº 5.425/2020, de autoria do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a declaração dada por ele, em 16 de abril de 2020, de que Minas Gerais havia perdido, até aquele momento, 36% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – referente ao mês de abril, tendo em vista que, segundo informações, até o dia 15 abril foram arrecadados 58% da meta do ICMS para o mês, o que projeta o total da arrecadação para mais de R\$4,5 bilhões em abril, atingindo a meta prevista antes da crise, e que, para efeitos de comparação, em 14 de abril de 2019 haviam sido arrecadados 68% da meta mensal, isto é, uma diferença de apenas 10% em relação ao mesmo período deste ano; Requerimento nº 5.428/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as providências que estão sendo tomadas, dada a urgência de respostas à pandemia de Covid-19, para que sejam repassados os recursos inscritos em restos a pagar do Tesouro Estadual ao Fundo Estadual de Saúde, visto que é devido aos municípios o valor de R\$7,6 bilhões; Requerimento nº 5.429/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a proposta de apoio financeiro ao Estado solicitado pelo próprio governador ao ministro Paulo Guedes, em reunião realizada no dia 9 de abril de 2020, detalhando qual é o montante dos valores solicitados, quando estarão disponíveis para o Tesouro Estadual e sob quais condições; Requerimento nº 5.431/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as medidas efetivamente tomadas pela atual gestão sobre a recuperação dos passivos da União com o Estado, que estão na ordem de R\$135 bilhões em decorrência das perdas com a Lei Kandir, especialmente neste momento de crise da pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.448/2020, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Juiz de Fora pedido de informações sobre a disponibilização de máscaras de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade social no município, tendo em vista a reedição do Decreto nº 13.893, de 16 de março de 2020, que determinou a obrigatoriedade do uso de máscaras por toda a população juiz-forana; Requerimento nº 5.454/2020, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Presidência da República pedido de providências para que o plano de recuperação econômica, programa Pró-Brasil, priorize as obras da Barragem de Jequitaiá, no Norte de Minas, as quais foram prejudicadas devido a questões relacionadas à pandemia do novo coronavírus – Covid-19 –, destacando-se que nelas já foram investidos R\$176 milhões e ainda estão disponíveis na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – mais de R\$80 milhões, uma vez que esse empreendimento prevê a geração de mais de 2 mil empregos diretos na construção e mais de 35 mil empregos diretos e 70 mil indiretos com irrigação, perfazendo mais de 105 mil empregos em 35 mil hectares irrigados; Requerimento nº 5.455/2020, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Casa Civil da Presidência da República pedido de providências para que o plano de recuperação econômica, Programa Pró-Brasil, priorize as obras da Barragem de Jequitaiá, no Norte de Minas, as quais foram prejudicadas devido aos problemas relacionados com a pandemia do novo coronavírus, uma vez que já foram investidos nas obras R\$176 milhões, além dos R\$80 milhões disponíveis na Codevasf, e esse empreendimento prevê a geração de mais de 2 mil empregos diretos na construção e mais de 35 mil empregos diretos e 70 mil indiretos nas atividades de irrigação, perfazendo um total de mais de 105 mil empregos em 35 mil hectares irrigados; Requerimento nº 5.456/2020, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Regional pedido de providências para que o plano de recuperação econômica Programa Pró-Brasil priorize as obras da Barragem de Jequitaiá, no Norte de Minas, ressaltando-se que essas obras foram prejudicadas por questões relacionadas à pandemia de Covid-19; que nelas já foram investidos R\$176 milhões; que ainda estão disponíveis na Codevasf mais de R\$80 milhões e que esse empreendimento prevê a geração de mais de 2 mil empregos diretos na construção e mais de 35 mil empregos diretos e 70 mil indiretos com a irrigação, perfazendo mais de 105 mil empregos em 35 mil hectares irrigados; Requerimento nº 5.458/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à

SEF pedido de providências para que, diante da situação emergencial, haja a flexibilização de regras de concessão de crédito pelo BDMG para as empresas mineiras inadimplentes com outras instituições financeiras ou que, por outras razões, não tenham certidões negativas; Requerimento nº 5.460/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre qual o montante a ser arrecadado e onde serão aplicados os recursos advindos de multas ambientais aplicadas à empresa Vale S.A., os quais, a partir de decisão judicial, podem ser usados no combate à pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.461/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a situação dos repasses constitucionais aos municípios, bem como pedido de providências para que sejam mantidos os recursos financeiros nos níveis de 2019 tanto para os repasses como para os programas sociais; Requerimento nº 5.462/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a realização de estudos, por parte do governo, acerca da suspensão temporária da cobrança de ICMS para empresas de transporte rodoviário e metropolitano coletivo de passageiros que não promoverem demissão; Requerimento nº 5.463/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre as razões que levaram o governo do Estado a não endossar o conteúdo da “Carta dos governadores do Brasil neste momento de grave crise”, de 25 de março, assinada por 26 governadores do País e que defende propostas para o enfrentamento da crise decorrente da pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.464/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à SEF pedido de providências para a realização de estudo sobre a arrecadação atual e os impactos de um possível ajuste no Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD –, cuja alíquota em Minas Gerais é de 5% e o teto permitido é de 8%, após autorização do Senado Federal; Requerimento nº 5.465/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à SEF pedido de providências para que, conforme proposto no Projeto de Lei Complementar Federal nº 149/2019, que estabelece auxílio financeiro da União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para mitigar os efeitos da pandemia da Covid-19, o Estado garanta repasses constitucionais aos municípios (IPVA, ICMS e IPI), no mínimo, no mesmo valor que foi repassado em 2019; Requerimento nº 5.468/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à SEF pedido de providências para a imediata implementação do Projeto de Lei 1.777/2020, que contém medidas para reduzir as consequências da crise econômica para a população mineira, em especial aquelas relativas às linhas de crédito para suporte logístico e operacional às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, bem como à prorrogação do pagamento de tributos, multas e demais encargos durante o período de vigência do estado de calamidade pública; Requerimento nº 5.470/2020, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Seapa pedido de providências para a renovação dos contratos dos 29 servidores do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – contratados em 2017 e a substituição dos 24 fiscais agropecuários oriundos do processo seletivo simplificado ocorrido em agosto de 2019 que se desligaram do IMA, até o fim do estado de calamidade pública em decorrência da pandemia de Covid-19, declarado pelo Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, e reconhecido pela Resolução nº 5.529, de 25 de março de 2020, a fim de manter o atendimento regular nas unidades administrativas do IMA e garantir a segurança sanitária do Estado; Requerimento nº 5.472/2020, de autoria do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para a apreciação da Carta de Recomendação nº 1/2020, do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais, pontuando e sugerindo ações a serem adotadas pelo governo do Estado, tendo em vista o enfrentamento da pandemia do coronavírus, que tem afetado diretamente a classe cultural em virtude da impossibilidade de realizar projetos culturais por todo o Estado; Requerimento nº 5.473/2020, de autoria do deputado Bosco, em que requer sejam encaminhados à Secretaria-Geral do Estado pedido de providências para que seja apreciada a Carta de Recomendação nº 1/2020, do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais, que sugere ações a serem adotadas pelo governo do Estado, considerando-se o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e a referida carta; Requerimento nº 5.474/2020, de autoria do deputado Raul Belém, em que

requer seja encaminhado à Reitoria da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pedido de providências para que seja disponibilizado aos alunos, através dos meios de comunicação estudantil, preferencialmente digital, e em caráter excepcional, conteúdo de disciplinas que possam ser substituídas pelas disciplinas presenciais, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, excluindo-se dessa substituição os cursos de medicina, bem como as práticas profissionais de estágios e de laboratório dos demais cursos; Requerimento nº 5.475/2020, de autoria do deputado Raul Belém, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que não sejam efetuadas apreensões de veículos por falta de pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA – e das Taxas de Licenciamento e Seguro Obrigatório, enquanto perdurar a vigência do Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 no Estado; Requerimento nº 5.477/2020, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao Conselho Monetário Nacional, ao Banco Central do Brasil e ao Ministério da Economia pedido de providências para que sejam revistas as condições de enquadramento para a prorrogação das dívidas dos produtores rurais prevista na Resolução nº 4.755, de 15 de outubro de 2019, do Conselho Monetário Nacional, de que trata ainda a Portaria nº 48, de 6 de fevereiro de 2020, do Ministério da Economia, visto que o Banco do Brasil não considera as operações em aberto há mais de 180 dias, e essa restrição praticamente inviabilizaria a concessão do benefício aos produtores que, na sua grande maioria, estão com operações pendentes há mais de 180 dias; Requerimento nº 5.478/2020, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao Banco do Brasil pedido de providências para que sejam revistas as condições de enquadramento para a prorrogação das dívidas dos produtores rurais prevista na Resolução nº 4.755, de 15 de outubro de 2019, do Conselho Monetário Nacional, de que trata ainda a Portaria nº 48, de 6 de fevereiro de 2020, do Ministério da Economia, considerando-se as operações em aberto há mais de 180 dias, visto que a grande maioria das dívidas dos produtores rurais são superiores a esse prazo; Requerimento nº 5.481/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Turismo pedido de providências para que verifique a possibilidade de liberação de recursos para apoiar e fomentar as empresas de turismo do Estado, assim como as de transporte do setor, diante da grave crise financeira provocada pela pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.482/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – pedido de providências para viabilizar apoio financeiro ao setor de turismo do Estado, assim como aos transportadores do setor, para o enfrentamento da grave crise provocada pelas restrições impostas no combate à Covid-19; Requerimento nº 5.483/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig – pedido de providências para que verifique a possibilidade de suspensão da cobrança de gás residencial das microempresas e pequenas empresas e associações sem fins lucrativos, enquanto perdurar a crise da Covid-19; Requerimento nº 5.484/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Cidadania pedido de providências para que verifique a possibilidade de enviar recursos de amparo emergencial para os catadores de papel do Estado e suas cooperativas, haja vista a sua perda brusca de renda devido à crise econômica provocada pela Covid-19; Requerimento nº 5.485/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Turismo pedido de providências para que verifique a possibilidade de enviar recursos emergenciais para amparar os municípios mineiros que dependem do turismo, diante da crise financeira provocada pela Covid-19; Requerimento nº 5.486/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Cidadania pedido de providências para que verifique a possibilidade de apoio emergencial aos transportadores escolares de todo o Estado, haja vista que foram diretamente afetados pela crise financeira provocada pelas restrições causadas pela Covid-19; Requerimento nº 5.490/2020, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para dar efetividade ao art. 7º da Lei 23.630, de 2/4/2020, que permite que os contratos temporários vigentes no âmbito dessa secretaria sejam aditados e prorrogados para atender às demandas decorrentes do estado de calamidade pública em razão da pandemia de Covid-19, declarado pelo Decreto nº 47.891, de 2020, uma vez tratar-se de agentes de segurança socioeducativos e policiais penais experientes que já fazem parte do quadro de pagamento do Estado e podem contribuir muito neste

momento; Requerimento nº 5.493/2020, de autoria do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e ao Comitê Extraordinário Covid-19 pedido de providências para que seja elaborado instrumento normativo que fixe a remuneração e a Gratificação Temporária de Emergência em Saúde Pública – Gtesp – dos profissionais de enfermagem contratados temporariamente para atuarem nas unidades de serviço de saúde hospitalar da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo no atendimento a pacientes durante o enfrentamento da pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.494/2020, de autoria do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à SES e ao Comitê Extraordinário Covid-19 pedido de providências para que seja elaborado instrumento normativo que fixe a remuneração dos profissionais da área da saúde definidos na Portaria nº 639, do Ministério da Saúde, das seguintes categorias: serviço social, biologia, biomedicina, educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia e terapia ocupacional, fonoaudiologia, medicina veterinária, nutrição, odontologia, psicologia e técnicos em radiologia, contratados temporariamente para atuarem nas ações de enfrentamento à pandemia de Covid-19, e que, por equidade, tal normativo fixe a Gtesp, atribuída aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e que prestem seus serviços em ações relacionadas ao enfrentamento da pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.495/2020, de autoria do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao secretário de Estado de Saúde e ao Comitê Extraordinário Covid-19 pedido de providências para que seja elaborado instrumento normativo que fixe a remuneração dos profissionais das carreiras do Grupo de Atividades de Saúde do Poder Executivo, previstas na Lei nº 15.462, de 13/1/2005, não contemplados no Decreto nº 47.914, de 10 de abril de 2020, que forem contratados temporariamente para atuarem nas unidades que prestam serviço de saúde hospitalar da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo no atendimento a pacientes durante o enfrentamento da pandemia de Covid-19, o qual, por equidade, deverá fixar ainda a Gtesp atribuída aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo das carreiras do Grupo de Atividades de Saúde do Poder Executivo, previstas na Lei nº 15.462, de 13/1/2005, os quais prestam serviços de enfermagem diretamente relacionados ao enfrentamento da pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.497/2020, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Santos Dumont pedido de providências para garantir a distribuição da merenda escolar aos alunos da rede pública municipal durante o período de confinamento domiciliar em virtude do isolamento social como forma de combate à Covid-19; Requerimento nº 5.499/2020, de autoria dos deputados Bosco, Ione Pinheiro, Mauro Tramonte, Marquinho Lemos e Professor Wendel Mesquita, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria-Geral de Estado, à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à SES, à Seplag, à SEF, à SEE, à Sejusp, à Secult, à Advocacia-Geral do Estado – AGE –, à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG –, ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais – CBMMG –, ao Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais e à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG – pedido de providências para que o Comitê Extraordinário Covid-19 realize o descontinenciamento do Fundo Estadual de Cultura, para que os recursos, ainda que não em sua totalidade, mas em valor relevante, possam, neste momento de pandemia causado pela Covid-19, ser utilizados para a realização dos editais emergenciais do setor; Requerimento nº 5.500/2020, de autoria do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências com vistas a que se proceda às devidas análises técnicas e epidemiológicas para aferir se o Hospital de Monte Belo, situado no Sul do Estado, tem condições de receber pacientes para tratamento do novo coronavírus; Requerimento nº 5.501/2020, de autoria do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – pedido de providências para que sejam empreendidos os esforços necessários à publicação de edital para revalidação de diplomas de medicina de alunos que concluíram o curso fora do país, visando a aumentar o número de médicos para combater a pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.502/2020, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – pedido de providências para que os créditos excedentes de energia elétrica da geração solar distribuída sejam doados para hospitais e demais centros de saúde que atuam no combate à pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.503/2020, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde e ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações, em

atenção ao Ofício nº 093/2020, da Câmara Municipal de São Sebastião do Oeste, sobre o procedimento de Tomada Pública de Subsídios quanto à viabilidade da retomada das obras do Hospital Regional de Divinópolis, cujo edital foi publicado em 14/5/2019, considerando-se que o efetivo funcionamento do referido hospital é de suma importância para os 1,3 milhão de habitantes da região, principalmente neste momento de combate à pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.404/2020, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Seapa e ao IMA pedido de providências com vistas à implementação de articulação intrainstitucional e interinstitucional, por meio do trabalho integrado e articulado entre os diversos órgãos que atuam na área de saúde humana e animal ou que com ela se relacionam, para a busca de novos paradigmas de sanidade animal nas cadeias agroalimentares do Estado, seja na propriedade rural, no processamento, na distribuição ou na comercialização, especialmente considerando-se a importância do conceito de saúde única e do trinômio sustentabilidade, sanidade e saúde para a produção agropecuária do Estado em face do comércio internacional pós-pandemia de Covid-19 e da promoção e garantia da sanidade alimentar dos mineiros; Requerimento nº 5.505/2020, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que o Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais – CES-MG – e a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP-MG – façam parte do Comitê Extraordinário Covid-19; Requerimento nº 5.506/2020, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Fundação Renova pedido de providências para que, tendo em vista os impactos socioeconômicos causados aos municípios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, sejam disponibilizados às secretarias municipais de saúde desses municípios: *kits* para teste em massa para Covid-19; álcool em gel e máscaras adequados para distribuição a essas comunidades; cestas de alimentos para distribuição às comunidades atingidas, independentemente da comprovação ou reconhecimento da condição de atingidas pelo rompimento da barragem; gás de cozinha para que as secretarias de assistência social distribuam às famílias mais vulneráveis; para que realize gestão junto às concessionárias de água para que não falte água nas comunidades atingidas; para que libere, o mais brevemente possível, o pagamento de todos aqueles que já finalizaram seu cadastro e foram considerados elegíveis para o auxílio financeiro emergencial – AFE – tanto pela Fundação Renova quanto pelo Comitê Interfederativo – CIF –, bem como para dar agilidade ao pagamento das indenizações e para não cancelar nenhum pagamento de AFE na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, pelo menos enquanto vigorar o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública no Brasil devido à pandemia; Requerimento nº 5.508/2020, de autoria da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a campanha contra a pandemia do novo coronavírus, conforme consta do site <https://nosnaoestamossozinhos.cemig.com.br>, a saber: o valor de participação da Cemig e da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg –; o valor já arrecadado; a forma como será feita a escolha dos hospitais; a viabilidade de tais informações servirem para que as unidades de saúde possam, se for o caso, se cadastrar; os critérios de distribuição utilizados e a ser utilizados no território mineiro; a expectativa de arrecadação; outros esclarecimentos que se mostrarem úteis; Requerimento nº 5.518/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Conselho Curador da Fhemig pedido de providências para que determine a regularização do fornecimento de equipamentos de proteção individual para os servidores dessa instituição, haja vista denúncias de que estes estão sendo submetidos ao risco iminente de contágio pelo novo coronavírus, bem como para que seja apurado se os servidores afastados em decorrência de suspeita de contaminação pelo novo coronavírus estão sendo submetidos ao desconto do período de afastamento por saúde em suas férias regulamentares; Requerimento nº 5.520/2020, de autoria dos deputados Beatriz Cerqueira e Cleitinho Azevedo, em que requerem seja encaminhado às prefeituras municipais do Estado pedido de providências para que vedem a demissão arbitrária, a rescisão antecipada ou a suspensão de contrato de trabalho, inclusive os temporários, dos profissionais da educação e das escolas municipais, mantida a remuneração estabelecida originalmente enquanto perdurar o estado de calamidade pública previsto no Decreto nº 47.891, de 22 de março de 2020; Requerimento nº 5.521/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que reveja a decisão de encaminhamento de pessoas em tratamento de Covid-19 para o hospital do Município de Oliveira, caso seja essa a intenção do

Estado, haja vista a existência de hospital de campanha em Belo Horizonte especializado nesse tipo de tratamento, evitando-se o colapso nos demais atendimentos daquele hospital e a propagação de contágio naquela localidade, onde não há casos de Covid-19 confirmados; Requerimento nº 5.522/2020, de autoria do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas a que seja providenciada hospedagem em hotéis, pousadas ou outros estabelecimentos de hospedaria para os profissionais de saúde que atuem em unidades de saúde hospitalares e ambulatoriais e unidades de atendimento móvel pré-hospitalar, no enfrentamento à Covid-19, e não desejem retornar às suas casas pelo tempo em que perdurarem as medidas de contenção da pandemia; Requerimento nº 5.527/2020, de autoria da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para o acompanhamento da reabertura de atividades pelo Município de Ibitité, a fim de preservar a saúde pública em geral e especialmente dos ibiriteenses em face da pandemia causada pelo novo coronavírus, acompanhado de cópias do Decreto nº 6.417, de 27/4/2020, e do boletim epidemiológico; Requerimento nº 5.528/2020, de autoria da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre quais são as orientações ou intervenções relativas à autorização de funcionamento de clínicas de estética, salões de beleza e templos religiosos do Município de Ibitité, concedida por meio do Decreto nº 6.417, de 27 de abril de 2020, considerando-se que a orientação do governo do Estado é de que a abertura de estabelecimentos atenda a alguns critérios e à coordenação de ações e que, nos estabelecimentos em questão, o risco é considerado elevado, como no caso das atividades desenvolvidas nos salões de beleza, o que leva a questionamentos sobre se a liberação em Ibitité, com número de casos maior que Ribeirão das Neves, não é temerária, se o Estado vai atuar e se essa atuação, em caso afirmativo, seria levada a termo por meio da vigilância sanitária ou por algum outro mecanismo; Requerimento nº 5.530/2020, de autoria do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações para que esclareça, com urgência, a subnotificação existente no Informe Epidemiológico Coronavírus da Secretaria de Estado de Saúde, uma vez que há grande discrepância entre os dados do referido documento e as informações disponibilizadas pelos municípios sobre o número de casos e óbitos causados pelo novo coronavírus; Requerimento nº 5.531/2020, de autoria do deputado Raul Belém, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja analisada a possibilidade de extensão do bolsa-merenda aos prestadores de serviço do transporte escolar da rede estadual, por estarem com as atividades paralisadas em decorrência da suspensão das aulas como medida de combate à pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.532/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre contratação de médicos cubanos, oriundos do Programa Mais Médicos, que permanecem residindo em Minas Gerais, para preencher as vagas temporárias abertas pela SES para atuar no combate à Covid-19 nos hospitais da rede Fhemig; Requerimento nº 5.533/2020, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam encaminhados com urgência a esta Casa os estudos técnicos e os dados que embasaram o programa “Minas Consciente”, que visa a flexibilizar o isolamento social no Estado determinado em razão da pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.536/2020, de autoria do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que proceda à recuperação do trecho interditado na alça de acesso que liga a Rodovia BR-491 à Rodovia Fernão Dias no Município de Três Corações, o qual se encontra interditado há vários meses por riscos de desmoronamento e afundamento de pista, colocando em risco os usuários, bem como para que viabilize o acesso, especialmente dos serviços de transporte de pacientes, para as cidades de Varginha e Três Corações onde estão situados os maiores hospitais para o recebimento de pacientes com Covid-19; Requerimento nº 5.541/2020, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Sedese pedido de providências para disponibilizar aos estudantes outras opções para o recebimento do bolsa-merenda, além do aplicativo PagBank/PagSeguro, uma vez que este requer acesso à internet, e de aparelho *smartphone*, recursos que não estão disponíveis a todos os que atendem ao critério de extrema pobreza; Requerimento nº 5.542/2020, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao Conselho Monetário Nacional – CMN –, ao Ministério da Economia e ao Banco Central do Brasil – Bacen – pedido de providências para que,

em decorrência do estado de calamidade pública advindo da pandemia de Covid-19, os bancos públicos adotem providências com o objetivo de anistiar as dívidas relativas aos contratos de empréstimo e outros instrumentos congêneres firmados com os órgãos públicos e empreendedores privados da indústria, comércio e serviços, como acontece com os produtores rurais quando há grande perda de safra; Requerimento nº 5.544/2020, de autoria do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para a legitimação do *personal trainer* como profissional de saúde que atua na prevenção da Covid-19, considerando-se a importância do trabalho dos educadores físicos para a saúde e com o objetivo de que essa categoria retome sua rotina, respeitadas todas as normas de segurança em relação à prevenção do coronavírus; Requerimento nº 5.545/2020, de autoria do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Belo Horizonte pedido de informações sobre a abertura de 1.900 covas nos cemitérios municipais, o porquê da adoção de tal medida e quais os dados ou estudos realizados para a definição desse número de sepulturas; Requerimento nº 5.547/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação das atividades das autoescolas do Estado, desde que adotem critérios necessários à proteção dos funcionários e alunos contra a Covid-19; Requerimento nº 5.548/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da PMMG pedido de providências com vistas à intensificação do patrulhamento noturno nas regiões comerciais e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, haja vista o aumento de arrombamentos e furtos neste período de pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.549/2020, de autoria da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao secretário-geral do Estado, ao secretário de Estado de Saúde, ao presidente da Fhemig e ao presidente do Conselho Estadual de Saúde pedido de informações sobre o acesso de todos os profissionais da Fhemig, de forma satisfatória e dentro dos regulamentos dos conselhos de classe, a equipamento de proteção individual – EPIs; os critérios utilizados para sua distribuição; a estratégia da Fhemig com relação aos profissionais de enfermagem que estão em grupos de risco, de acordo com os protocolos da OMC, e, se alguns estão sendo convocados ao trabalho, quais cuidados têm sido dispensados a esses profissionais; a assistência que está sendo dada aos trabalhadores da Fhemig que estão sendo alvo de agressões e preconceitos apenas por estarem à frente do combate à pandemia; e a assistência que está sendo dada às famílias dos profissionais que foram a óbito ou daqueles que estão infectados com o novo coronavírus; Requerimento nº 5.550/2020, de autoria do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – pedido de providências para que, considerando-se as orientações contidas no programa Minas Consciente, seja avaliada, em conjunto com o Município de Caxambu, a possibilidade de retomada do acesso à fonte externa do Parque das Águas, de forma a permitir que a população local se utilize das águas minerais existentes no local, cujas propriedades são amplamente reconhecidas para fins terapêuticos; Requerimento nº 5.551/2020, de autoria do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à bancada mineira na Câmara dos Deputados, na pessoa do seu coordenador, deputado Federal Diego Andrade, pedido de providências com vistas a que seja apresentada emenda ao PLP nº 39/2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus Sars-COV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências, para que seja modificado o § 6º do seu art. 8º, com a inclusão dos servidores da educação na redação desse dispositivo, para que não sejam congelados direitos e garantias salariais desses servidores no Estado e nos municípios; Requerimento nº 5.552/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Caixa Econômica Federal – CEF – pedido de providências para que seja ampliada a parceria com os demais bancos, casas lotéricas e agências dos Correios a fim de descentralizar o pagamento à população beneficiária do auxílio emergencial para enfrentamento da pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.553/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer sejam encaminhados ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o valor total dos recursos destinados ao Município de Juiz de Fora para efetivo combate ao coronavírus e pedido de providências para que esses recursos sejam repassados imediatamente ao referido município, para abertura de novos leitos, compra de materiais e estruturação do atendimento adequado e qualificado à população da cidade e região; Requerimento nº 5.554/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à SES pedido de informações sobre os estudos e os critérios técnicos utilizados por essa pasta para definir a contratação, mediante chamamento público, de profissionais para

atuarem no combate da Covid-19, os quais serão suficientes para atender à demanda cada vez maior de Juiz de Fora e região, uma vez que pacientes de outros estados, como o Rio de Janeiro, têm procurado a rede pública desse município para atendimento; Requerimento nº 5.555/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a real situação dos trabalhadores da Rede Fhemig – Hospital João Penido, em Juiz de Fora, diante das constantes denúncias do Sind-Saúde pelo não fornecimento de EPIs aos profissionais desse hospital, os quais realizaram nova paralisação reivindicando os referidos equipamentos e melhores condições de trabalho e denunciando a falta de equipamentos básicos; Requerimento nº 5.556/2020, de autoria do deputado Carlos Henrique, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Cemig pedido de informações sobre a gestão e atuação desse órgão no combate à pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.558/2020, de autoria da deputado Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações acerca do uso dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Fundeb – no Estado, considerando-se a execução dos recursos da educação no Estado, especificamente a aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, a Quota Estadual de Salário Educação – Qese – e o mínimo constitucional; a situação do repasse de recursos para as escolas estaduais, com destaque para os termos de compromisso em aberto; a destinação dos valores recebidos; os planos para o pagamento dos servidores públicos do Estado e o motivo de esses pagamentos não estarem sendo efetivados a partir da entrada dos recursos para esse fim; Requerimento nº 5.559/2020, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Aneel e à Cemig pedido de providências para que, no período em que perdurar a calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, o valor a ser pago por demanda (uso da rede) pelos consumidores de média e alta tensão seja calculado pelo valor registrado, e não pelo valor contratado; Requerimento nº 5.560/2020, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Cemig pedido de providências para que, durante o período que durar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, o pagamento das contas de energia elétrica dos consumidores de média e alta-tensão possa ser parcelado; Requerimento nº 5.561/2020, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Cemig pedido de providências para que sejam suspensos os cortes de energia elétrica para os consumidores de média e alta tensão, da mesma forma como está sendo feito para os consumidores da tarifa social, durante o período em que durar a pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.563/2020, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à PMMG pedido de providências para que os 700 alunos do Curso Especial de Formação de Sargentos, com previsão de formatura para o mês de maio deste ano, não sejam movimentados, caso o Estado não tenha previsão de pagamento da ajuda de custo a que têm direito, como forma de assegurar a saúde financeira dos referidos alunos, que ainda não receberam diárias, abono-fardamento e o terço constitucional de férias, bem como para que, após a conclusão do curso, continuem em seus locais de origem, até que recebam as mencionadas parcelas, como forma de diminuir os impactos da atual crise financeira em seu orçamento doméstico; Requerimento nº 5.564/2020, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à PMMG pedido de providências para que seja analisada a hipótese de adiamento da prova do CFS-2020, inicialmente marcada para 31/5/2020, tendo em vista as recomendações para a prevenção à propagação da Covid-19; Requerimento nº 5.565/2020, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a imprescindibilidade da realização de várias nomeações de novos servidores públicos, como publicado no diário oficial, especialmente nos dias 31/4/2020 e 1º/5/2020, tendo em vista que Minas Gerais enfrenta uma crise financeira agravada pela pandemia de Covid-19, em um cenário de esforços para conter os gastos públicos; Requerimento nº 5.569/2020, de autoria do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que seja avaliada a criação de um plano de reconversão produtiva no âmbito do Estado devido à crise provocada pela pandemia de Covid-19, esclarecendo-se que reconversão é o uso, em parceria com a iniciativa privada, das plantas industriais subutilizadas no Estado para produzir insumos e bens necessários na atual pandemia, fazendo reverter a maquinaria e a infraestrutura já existentes para garantir o abastecimento dos produtos essenciais, como os médico-hospitalares, o que propiciaria a manutenção de milhares de postos de trabalho; Requerimento nº

5.571/2020, de autoria da deputada Rosângela Reis, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de mais de 29.300 italianos, vítimas do coronavírus; Requerimento nº 5.572/2020, de autoria do deputado Carlos Henrique, em que requer seja encaminhado à Cemig pedido de providências para a redução da conta de energia elétrica dos produtores de flores e plantas do Estado, conforme solicitação apresentada no relatório das reuniões da Câmara Técnica da Floricultura realizadas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – e pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – sobre a situação do setor no Estado em decorrência da pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.573/2020, de autoria do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Contas do Estado pedido de informações sobre o total das receitas, de acordo com sua origem, assim como o total de despesas, discriminadas por função, do Estado de Minas Gerais, correspondentes ao período de janeiro de 2019 até maio de 2020, com informações mensais. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 11 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 11 de maio de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 14/5/2020**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.745/2020, autoriza a realização do Projeto Minas Arte em Casa, no âmbito do Programa Assembleia Cultural, durante o período de calamidade pública decorrente da pandemia de infecção humana pelo novo coronavírus - Covid-19. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Líder Táxi Aéreo S.A. – Air Brasil, tendo como objeto a prestação de serviços de transporte aéreo, por meio de fretamento de aeronaves, modalidade táxi aéreo – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 4/2020, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa aprova as seguintes proposições: Requerimento nº 5.574/2020, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que o pagamento integral do salário dos servidores da educação da rede pública estadual seja realizado na mesma data anunciada para o pagamento dos salários dos servidores das áreas de saúde e segurança pública, os quais, segundo foi anunciado, receberão integralmente no dia 15 de maio; Requerimento nº 5.580/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC – pedido de providências para que verifiquem a possibilidade de disponibilizar, através de parcerias ou doações, *tablets* ou computadores com acesso à internet para crianças carentes, alunos da rede pública de educação, para promover a inclusão digital e o acesso aos conteúdos educacionais, especialmente durante o período de pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.581/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A – BDMG – pedido de providências com vistas à suspensão da exigência de apresentação de certidões negativas de débito pelas empresas do Estado para adesão a linhas de crédito, enquanto durar a pandemia de Covid-19, tendo em vista que muitos precisam desses recursos justamente para conseguir arcar com suas obrigações; Requerimento nº 5.582/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – pedido de providências com vistas à suspensão da exigência de apresentação de certidões negativas de débito das empresas do Estado para

adesão a linhas de crédito, enquanto perdurar a pandemia da Covid-19, tendo em vista que muitos precisam desses recursos justamente para conseguir arcar com suas obrigações; Requerimento nº 5.583/2020, de autoria do deputado Leandro Genaro, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que, durante o período que durar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, o pagamento das contas de energia elétrica dos consumidores de imóveis em que funcionam templos religiosos possa ser parcelado, bem como para que haja uma redução no valor da conta de energia elétrica, devido às dificuldades enfrentadas por esses clientes no referido período; Requerimento nº 5.584/2020, de autoria do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – e ao Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde da Covid-19 – Comitê Extraordinário Covid-19 – pedido de providências para a elaboração e publicação de instrumento editalício emergencial e simplificado para a liberação imediata e antecipada de recursos do Fundo Estadual de Cultura aos trabalhadores do setor artístico-cultural do Estado, a fim de permitir a colaboração na sua subsistência, enquanto durarem os efeitos econômicos da pandemia de Covid-19, com as seguintes especificações: o objeto do edital será a produção individual ou coletiva de conteúdo artístico-cultural a ser divulgado por meio de plataformas, aplicativos, sites, portais ou qualquer meio virtual disponível na rede mundial de computadores e acessíveis de forma individualizada e gratuita à população; os conteúdos poderão ser transmitidos em tempo real, ao vivo, desde que sejam disponibilizados para exibição sob demanda, para seu posterior acesso remoto pela população; o valor a ser disponibilizado para a produção do conteúdo será de R\$2.500,00 por projeto aprovado; os artistas beneficiados por essa iniciativa poderão obter patrocínios, apoios ou quaisquer outras formas de incentivo pecuniário ou remuneratório, desde que advindos exclusivamente de recursos de terceiros, sem necessidade de reembolso ao fundo ou órgão responsável pela liberação dos recursos; a Secult dará ampla divulgação aos editais de forma a informar o maior número possível de artistas, bem como a população em geral; a prestação de contas será feita de forma simplificada, admitindo-se a simples indicação do link ou endereço eletrônico em que o conteúdo possa ser acessado; Requerimento nº 5.586/2020, de autoria do deputado Inácio Franco, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que analise a possibilidade de conceder aos fiscais agropecuários e aos fiscais assistentes agropecuários do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – tratamento equivalente ao concedido aos servidores da saúde e da segurança pública em razão da pandemia de Covid-19, com o pagamento imediato de seus estímulos, inclusive gratificação natalina; Requerimento nº 5.588/2020, de autoria do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam estudadas medidas que estimulem a regularização de veículos através de anistia das multas e juros, inclusive os de mora, em relação ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA –, taxas de licenciamento e seguro obrigatório gerados até 31 de dezembro de 2019; Requerimento nº 5.590/2020, de autoria do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de providências para que suspenda a necessidade de inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança dos veículos especialmente destinados ao transporte coletivo escolar enquanto as atividades escolares presenciais, em especial as aulas, estiverem suspensas em Minas Gerais, em decorrência da pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.592/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Cemig pedido de providências com vistas à prorrogação da isenção da cobrança das contas de energia elétrica e dos juros e das multas por atraso de pagamento das pessoas incluídas na tarifa social, bem como à suspensão do corte de energia de inadimplentes; Requerimento nº 5.593/2020, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejust – pedido de providências para assegurar o cumprimento da Lei nº 23.576, de 15/1/2020, que determina o afastamento das policiais militares e civis, bombeiros militares e agentes penitenciárias e socioeducativas, quando gestantes e lactantes, das atividades operacionais ou do trabalho em locais insalubres enquanto durarem a gestação e a lactação; Requerimento nº 5.595/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Cemig pedido de informações sobre as razões que levaram essa empresa a adotar critério de cobrança segundo estimativa de consumo e sobre a suspensão das leituras *in*

*loco*; Requerimento nº 5.596/2020, de autoria do deputado Repórter Rafael Martins, em que requer seja encaminhado à Cemig pedido de providências para que seja promovido o recálculo do valor das contas de energia elétrica referentes aos meses de março e abril de 2020, que tenham excedido em mais de 50% o valor cobrado no mês anterior, e seja o resultado comunicado ao titular da ligação elétrica; Requerimento nº 5.597/2020, de autoria do deputado Rafael Martins, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Cemig pedido de informações sobre a ocorrência do aumento de tarifa de energia elétrica ou da elevação de qualquer dos encargos que compõem a conta de energia elétrica calculada pela concessionária, com incidência sobre a medição de consumo referente aos meses de março e abril de 2020; Requerimento nº 5.598/2020, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac – pedido de informações sobre a motivação da proposta contida no RBAC nº 141, que retira a obrigatoriedade de curso teórico para a formação de comissários de voo, o que pode impactar as empresas e escolas de aviação civil, que atualmente já lidam com as perdas econômicas provocadas pela pandemia de Covid-19, e levar ao encerramento de suas atividades, diante da falta de receita para mantê-las; Requerimento nº 5.600/2020, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado aos presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal pedido de informações sobre a possível oferta de linha de crédito consignado para os servidores públicos estaduais, assim como sobre a proposta de refinanciamento dos empréstimos já realizados, tendo em vista o atual cenário financeiro do Estado, agravado pela pandemia de Covid-19, e a informação do governo do Estado de que, diante dos reflexos na arrecadação no mês de maio, não há previsão de data para o pagamento de algumas categorias de servidores públicos; Requerimento nº 5.601/2020, de autoria do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed – pedido de informações sobre o laboratório que realizará os testes para detectar contaminação pelo novo coronavírus no Município de Sete Lagoas, esclarecendo-se quais ações dependem da referida fundação para habilitação e autorização do funcionamento do laboratório no referido município, qual o prazo para liberação do laboratório, quantos casos em Sete Lagoas estão em investigação na citada fundação e qual é a proporção de positivos e negativos nos casos já identificados; Requerimento nº 5.602/2020, de autoria da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC –, ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep –, à Procuradoria-Geral da República – PGR –, ao Conselho Nacional de Educação – CNE – e à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes – pedido de providências com vistas ao adiamento da prova do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem – de 2020; Requerimento nº 5.603/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação imediata das atividades das clínicas psicológicas do Estado, incluindo-se aquelas credenciadas pelo Detran-MG, desde que atendam aos requisitos necessários para a proteção de seus usuários e funcionários contra a Covid-19. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 19 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 19 de maio de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 19/5/2020**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova as prestações de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referentes aos meses de fevereiro e março de 2020, compostas de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova as prestações de

contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referentes aos meses de fevereiro e março de 2020, compostas de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 29/2/2020, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009; 4ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 31/3/2020, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Alencar da Silveira Jr. os seguintes processos, aprovados na forma do projeto de resolução apresentado: Ofício nº 215/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Albertina, em que encaminha o Decreto nº 1.220/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 216/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Alvarenga, em que encaminha o Decreto nº 17/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 217/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Alvinópolis, em que encaminha o Decreto nº 3.021/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 218/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Andrelândia, em que encaminha o Decreto nº 67/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 219/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Araçuaí, em que encaminha o Decreto nº 38/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 220/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Araponga, em que encaminha o Decreto nº 3.053/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 221/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Barra Longa, em que encaminha o Decreto nº 1.675/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 222/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Cabeceira Grande, em que encaminha o Decreto nº 2.780/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 223/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Campanha, em que encaminha o Decreto nº 7.096/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 224/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Canápolis, em que encaminha o Decreto nº 20/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 225/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Candeias, em que encaminha o Decreto nº 2.808/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 226/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Caputira, em que encaminha o Decreto nº 13/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 227/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Carangola, em que encaminha o Decreto nº 461/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 228/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Careçu, em que encaminha o Decreto nº 23/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 229/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Chácara, em que encaminha o Decreto nº 2.114/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 230/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Comercinho, em que encaminha o Decreto nº 32/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 231/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Córrego do Bom Jesus, em que encaminha o Decreto nº 276/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 232/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Delfinópolis, em que encaminha o Decreto nº 21/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 233/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Engenheiro Caldas, em que encaminha o Decreto nº 36/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 234/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Dourado, em que encaminha o

Decreto nº 35/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 235/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Guanhões, em que encaminha o Decreto nº 4.605/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 236/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Ibiaí, em que encaminha o Decreto nº 26/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 237/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Itatiaiçu, em que encaminha o Decreto nº 4.023/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 238/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Jequeri, em que encaminha o Decreto nº 19/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 239/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Lambari, em que encaminha o Decreto nº 4.089/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 240/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Laranjal, em que encaminha o Decreto nº 192/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 241/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Leopoldina, em que encaminha o Decreto nº 4.620/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 242/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Maria da Fé, em que encaminha o Decreto nº 3.930/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 243/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Marilac, em que encaminha o Decreto nº 168/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 244/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Mata Verde, em que encaminha o Decreto nº 345/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 245/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Matipó, em que encaminha o Decreto nº 42/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 246/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Mato Verde, em que encaminha o Decreto nº 289/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 247/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Minas Novas, em que encaminha o Decreto nº 15/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 248/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Monsenhor Paulo, em que encaminha o Decreto nº 48/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 249/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Piracema, em que encaminha o Decreto nº 30/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 250/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Pitangui, em que encaminha o Decreto nº 433/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 251/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Pratápolis, em que encaminha o Decreto nº 2.853/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 252/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Rio Pomba, em que encaminha o Decreto nº 2.262/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 253/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Amparo, em que encaminha o Decreto nº 1.618/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 254/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de São Domingos das Dores, em que encaminha o Decreto nº 8/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 255/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Sapucaí, em que encaminha o Decreto nº 39/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 256/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de São Tiago, em que encaminha o Decreto nº 2.968/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 257/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Soledade de Minas, em que encaminha o Decreto nº 2.609/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da

pandemia de Covid-19; Ofício nº 258/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Teixeira, em que encaminha o Decreto nº 310/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 259/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Três Pontas, em que encaminha o Decreto nº 11.148/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 260/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Ubaporanga, em que encaminha o Decreto nº 45/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 261/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Urucânia, em que encaminha o Decreto nº 540/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 262/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Vespasiano, em que encaminha o Decreto nº 8.520/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 263/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Visconde do Rio Branco, em que encaminha o Decreto nº 53/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 264/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Aguanil, em que encaminha o Decreto nº 1.590/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 265/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Corinto, em que encaminha o Decreto nº 32/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 266/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Serra, em que encaminha o Decreto nº 17/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 267/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Santa Vitória, em que encaminha o Decreto nº 8.981/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 268/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Serra dos Aimorés, em que encaminha o Decreto nº 16/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 269/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Turvolândia, em que encaminha o Decreto nº 31/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 270/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Salinas, em que encaminha o Decreto nº 8.867/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 21 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 21 de maio de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 53ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 21/5/2020**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Talentos Cinevídeo Eireli – EPP, tendo como objeto a prestação de serviços de operação de sistemas eletrônicos de áudio e vídeo para a Gerência-Geral de Rádio e Televisão – parecer favorável à prorrogação extraordinária, por seis meses, nos termos do § 4º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Social, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa aprova as seguintes proposições: Requerimento nº 5.557/2020, de autoria do deputado Carlos Henrique, em que requer seja encaminhado ao Programa Estadual de Proteção e Defesa do

Consumidor – Procon-MG – e ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que sejam averiguados os aumentos abusivos da tarifa de energia elétrica no Estado; Requerimento nº 5.567/2020, de autoria do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que, na escolha do novo presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig –, a partir da lista triplíce elaborada pelo Conselho Curador, leve-se em consideração, em relação ao escolhido, a existência de vínculo com as universidades do Estado, a reputação ilibada e a produção intelectual compatível com a importância do cargo; Requerimento nº 5.609/2020, de autoria dos deputados Antônio Carlos Arantes e Leninha, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de informações relativas às compras e aos valores anuais de todas as secretarias e órgãos quanto ao cumprimento do disposto na Lei nº 20.608/2013, que instituiu a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar –, com os demonstrativos de aquisição de alimentos, valor homologado e valor efetivamente pago aos agricultores familiares e suas cooperativas, percentual em relação ao valor total, bem como demais planilhas contendo informações por cooperativas, por produtos adquiridos, e outros dados complementares contendo o orçamento anual – Lei Orçamentária Anual – aplicado nesse programa nos últimos cinco anos; Requerimento nº 5.610/2020, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao Sindicato da Indústria de Laticínios do Estado de Minas Gerais – Silemg – pedido de providências para o cumprimento integral, por parte das indústrias lácteas do Estado, dos acordos estabelecidos pelo Conselho Paritário de Produtores e Indústrias de Leite do Estado de Minas Gerais – Conseleite- MG – sobre o valor de referência para o leite pago ao produtor no Estado, uma vez que, desde sua constituição, em maio de 2019, todas as baixas no valor de referência do preço do leite foram repassadas aos produtores e, apesar de o referido conselho ter sinalizado uma alta nos valores de referência, no último mês, foram recebidos relatos de descumprimento dos acordos por parte das indústrias no Estado; Requerimento nº 5.612/2020, de autoria do deputado Fábio Avelar de Oliveira, em que requer seja formulado voto de congratulações aos valorosos enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem por ocasião da celebração das datas comemorativas dessas classes profissionais; Requerimento nº 5.616/2020, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que os servidores do Hospital Universitário Clemente de Faria, de Montes Claros, recebam também o vale-alimentação; Requerimento nº 5.617/2020, de autoria do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações à Diretoria da SignumWeb pela liberação gratuita de plataforma para utilização pelos surdos na comunicação com profissionais de saúde e em atividades cotidianas, além da disponibilização de 160 intérpretes para fazerem a tradução durante videochamadas; Requerimento nº 5.624/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre a metodologia de cálculo e sua métrica, aplicada para o cálculo das contas de água pela companhia após a declaração do estado de calamidade pública nos últimos dois meses; Requerimento nº 5.625/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a metodologia, aplicada pela companhia, que causou aumentos exorbitantes nas contas de luz em diversos municípios de Minas Gerais durante o estado de calamidade pública causada pela pandemia de Covid-19, tendo em vista as reclamações de cidadãos mineiros sobre o aumento em suas contas de energia elétrica da ordem de 50%, 70% e até 90% dos valores anteriormente praticados; Requerimento nº 5.628/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer seja formulada manifestação de apoio ao Sr. Marcos da Luz Evangelista Lima Martins, vereador da Câmara Municipal de Coronel Fabriciano, pela iniciativa de requerer à Promotoria de Justiça da Comarca de Coronel Fabriciano as medidas cabíveis, em caráter de urgência, visando impedir o retorno das aulas na rede municipal de ensino, mantendo o isolamento social, recomendado pela Organização Mundial de Saúde – OMS –, com vistas a evitar o risco de contágio e agravamento da situação no município em relação à Covid-19; Requerimento nº 5.629/2020, de autoria do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja encaminhado ao coordenador do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais pedido de providências para que seja implantada a atermção on-line no Estado, para viabilizar o acesso do cidadão hipossuficiente à Justiça Federal durante a pandemia, e para que seja

essa informação veiculada de forma destacada no sítio eletrônico da Justiça Federal, bem como a listagem atualizada dos telefones e e-mails dos setores e órgãos da Justiça nos quais se presta atendimento ao público externo; Requerimento nº 5.635/2020, de autoria da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria-Geral do Estado, à Seplag, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – e à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de providências para a redução de 50% na tarifa de esgoto e abastecimento de água nas localidades onde a Copanor presta o seu serviço; Requerimento nº 5.638/2020, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à disponibilização imediata para todos os profissionais da saúde de testes para diagnóstico de Covid-19 e ao estabelecimento de uma rotina para que esses profissionais tenham acesso aos testes; Requerimento nº 5.639/2020, de autoria da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para fiscalização, em caráter de urgência, do serviço de transporte de passageiros no Município de Ibitiré, que apresenta superlotação, estando em desacordo com a Deliberação do Comitê Extraordinário nº 8, de 19 de março de 2020; Requerimento nº 5.640/2020, de autoria do deputado Professor Irineu, em que requer seja encaminhado à Arsae-MG pedido de providências para que sejam adiados os reajustes referentes à segunda revisão tarifária periódica da Copasa-MG e à terceira da Copanor de 2021 para 2022; Requerimento nº 5.641/2020, de autoria do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao prefeito municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que sejam realizados testes em massa para Covid-19 na população de Minas Gerais e de Belo Horizonte, respectivamente; Requerimento nº 5.643/2020, de autoria do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências com vistas a que sejam revistos os critérios para a concessão do bolsa-merenda e aprimorados os meios para o cadastramento do benefício, para que sejam contemplados todos os alunos em situação de extrema pobreza matriculados na rede estadual de educação, independentemente da data de inscrição ou alteração dos dados familiares no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico; para que o cadastramento possa ser realizado de forma presencial, tendo em vista que o acesso a smartphones e à internet não é universal; para que seja possível contestar a negativa de cadastro ou o deferimento parcial do benefício; e para que os centros de referência de assistência social sejam orientados a atualizar o CadÚnico para fins de nova verificação das condições para recebimento do auxílio estadual; Requerimento nº 5.644/2020, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de providências com vistas a que seja assegurado aos pacientes com aids atendimento médico e farmacêutico adequado no Hospital Eduardo de Menezes e em instalações que garantam a preservação da saúde e da segurança social e psicológica desses pacientes, tendo em vista os relatos de que a farmácia foi realocada para ambiente inadequado e de que não há infectologistas no hospital disponíveis para atendê-los; Requerimento nº 5.646/2020, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à SEE e à Segov pedido de providências com vistas a prover internet gratuita aos estudantes da rede pública no período em que durar o ensino a distância, em decorrência da pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.649/2020, de autoria do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações sobre a data em que será feita a devolução dos respiradores retirados no Município de Montes Claros; Requerimento nº 5.650/2020, de autoria do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre os repasses financeiros realizados para as Escolas Famílias Agrícolas no período de 2019 até a presente data, bem como sobre as ações de apoio desenvolvidas para atender a essas escolas durante a pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.655/2020, de autoria da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria-Geral do Estado, à Seplag, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, à Sede e à Cemig pedido de providências para que seja embargado o aumento exagerado, injustificável e sem precedentes constante das faturas de consumo de energia elétrica pela população, especialmente nesse período de pandemia de Covid-

19; Requerimento nº 5.656/2020, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à SEE e à Seplag pedido de providências para que seja garantido o pagamento imediato do salário dos servidores da área de educação, tendo em vista a situação de vulnerabilidade financeira à qual estão submetidos devido à prática reiterada, pelo Estado, de parcelamento de salários e de não pagamento do 13º, o que foi agravado em consequência do isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.662/2020, de autoria do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao secretário-geral do Estado pedido de informações sobre os recursos previstos no orçamento de 2020 e o contingenciamento já efetuado pelo governo e qual seu impacto no aumento da pobreza no Estado; Requerimento nº 5.664/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o valor do acordo com a União para o recebimento dos créditos provenientes da Lei Kandir, a base de estudo técnico para que chegasse ao valor acordado e o período da dívida sobre o qual o referido acordo incide; Requerimento nº 5.667/2020, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao secretário executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa – pedido de providências para a atualização dos valores estabelecidos pelo Decreto nº 4.560, de 30 de dezembro de 2002, para a elaboração de projetos técnicos pelos técnicos agrícolas de nível médio, tendo em vista a defasagem do valor de R\$150.000,00, vigente desde 2002, e a importância desse trabalho para a execução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf; Requerimento nº 5.668/2020, de autoria da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências para que sejam adotadas medidas, em caráter de urgência, para regularizar o abastecimento de água do Município de Sarzedo, que se ressentiu de constantes interrupções e precariedade. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, é assinado o seguinte ato relativo ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.108, de 29/11/2018, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 12/5/2020, o servidor Inacio Teixeira da Cunha Filho, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo – fisioterapeuta. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 26 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 26 de maio de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 26/5/2020**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.746/2020, altera a Deliberação da Mesa nº 2.733/2020, que dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus – Covid-19 – no âmbito da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo: ao deputado Tadeu Martins Leite, processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Atual Service Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços gerais, de suporte à gestão patrimonial e de materiais, com fornecimento de uniformes, equipamentos de segurança e material necessário, nas dependências da contratante e seus anexos, feiras e exposições em órgãos públicos – parecer favorável à prorrogação com alteração quantitativa e à revisão dos valores

em decorrência de convenção coletiva de trabalho, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Cássio Soares referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado João Magalhães referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado; ao deputado Arlen Santiago, as seguintes proposições, aprovadas na forma do projeto de resolução apresentado: Ofício nº 273/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Açucena, em que encaminha o Decreto nº 34/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 274/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Arceburgo, em que encaminha o Decreto nº 446/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 275/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Baldim, em que encaminha o Decreto nº 55/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 276/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Bugre, em que encaminha o Decreto nº 477/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 277/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Caetanópolis, em que encaminha o Decreto nº 2.394/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 278/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Camanducaia, em que encaminha o Decreto nº 110/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 279/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Capitão Enéas, em que encaminha o Decreto nº 141/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 280/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Caranaíba, em que encaminha o Decreto nº 32/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 281/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Caratinga, em que encaminha o Decreto nº 89/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 282/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba, em que encaminha o Decreto nº 6.214/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 283/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Casa Grande, em que encaminha o Decreto nº 16/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 284/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Catas Altas, em que encaminha o Decreto nº 73/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 285/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Caxambu, em que encaminha o Decreto nº 2.650/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 286/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Coluna, em que encaminha o Decreto nº 24/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 287/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Divisópolis, em que encaminha o Decreto nº 6/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 288/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá, em que encaminha o Decreto nº 20/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 289/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Ervália, em que encaminha o Decreto nº 65/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 290/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Frutal, em que encaminha o Decreto nº 11.413/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 291/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Guidoal, em que encaminha o Decreto nº 33/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 292/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Imbé de Minas, em que encaminha o Decreto nº 16/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 293/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Ipaba, em que encaminha o Decreto nº 19/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da

pandemia de Covid-19; Ofício nº 294/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Ipiacu, em que encaminha o Decreto nº 1.763/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 295/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Juatuba, em que encaminha o Decreto nº 2.497/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 296/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Mantena, em que encaminha o Decreto nº 64/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 297/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Matias Lobato, em que encaminha o Decreto nº 9/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 298/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Nova Lima, em que encaminha o Decreto nº 10.065/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 299/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Novo Oriente de Minas, em que encaminha o Decreto nº 13/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 300/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Perdões, em que encaminha o Decreto nº 4.218/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 301/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Periquito, em que encaminha o Decreto nº 7/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 302/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Pirajuba, em que encaminha o Decreto nº 807/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 303/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Piranguçu, em que encaminha o Decreto nº 467/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 304/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Raul Soares, em que encaminha o Decreto nº 512/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 305/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Ressaquinha, em que encaminha os Decretos nºs 957 e 958/2020, e o Decreto Legislativo nº 1/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 306/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho, em que encaminha o Decreto nº 2.793/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 307/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Rio Acima, em que encaminha o Decreto nº 53/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 308/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Rio Paranaíba, em que encaminha o Decreto nº 446/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 309/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte, em que encaminha o Decreto nº 109/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 310/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Anta, em que encaminha o Decreto nº 334/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19; Ofício nº 311/2020, de autoria da Prefeitura Municipal de Silveirânia, em que encaminha o Decreto nº 1.288/2020, para reconhecimento do estado de calamidade pública naquele município, decorrente da pandemia de Covid-19. Isso posto, a Mesa, nos termos do art. 12, II, da Deliberação nº 2.598/2014, e do art. 61, XIII, da Resolução nº 3.800/1985, homologa o processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 1/2020, referente ao Processo no Portal de Compras nº 1011014 001/2020, destinado ao fornecimento e instalação de subestação e QCBT's, conforme solicitação da Gerência-Geral de Suporte Logístico, autorizando a celebração de contrato com a empresa CEI Serviços de Engenharia Ltda., para os lotes 1 e 2. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 29 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 29 de maio de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

#### **ATA DA 55ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 29/5/2020**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Squadra Tecnologia S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de fábrica de software para desenvolvimento e manutenção de aplicações e sistemas da informação – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa homologa o Pregão Eletrônico nº 37/2019, e adjudica o objeto da licitação à sociedade empresária MOA Manutenção e Operação Ltda., vencedora do certame, ficando autorizada a despesa e a assinatura do contrato, tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, de forma ininterrupta e continuada, com dedicação intensiva de mão de obra, englobando serviços de suporte técnico e operação das instalações e sistemas prediais civil, elétrico, eletromecânico, hidrossanitário, refrigeração, climatização, detecção e combate a incêndio nas edificações da Assembleia Legislativa, conforme especificações técnicas, e considerando as manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa. A seguir, a Mesa aprova as seguintes proposições: Requerimento nº 5.670/2020, de autoria do deputado Raul Belém, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas a que seja disponibilizado para todos os municípios mineiros o sinal da TV Rede Minas, tendo em vista o retorno das aulas na rede estadual de educação no dia 18 de maio, na modalidade a distância, para que esse canal se torne importante ferramenta de aprendizado para os alunos devido às transmissões do conteúdo fornecido pela Secretaria de Estado de Educação – SEE –; Requerimento nº 5.671/2020, de autoria do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que o recurso proveniente do acordo da Lei Kandir, firmado entre o Estado e a União, referente à quota-parte pertencente ao Estado, seja utilizado exclusivamente para o pagamento dos servidores públicos estaduais; Requerimento nº 5.674/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Ministério do Turismo pedido de providências para que, através da Secretaria Especial de Cultura, promova a interlocução com a Câmara dos Deputados em prol da aprovação do Projeto de Lei nº 1.075/2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural enquanto as medidas de isolamento ou quarentena estiverem em vigência, considerando-se a relevância dessa proposição para o setor cultural de nosso Estado; Requerimento nº 5.675/2020, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com todos os policiais militares de Minas Gerais pelo auxílio prestado ao governo do Estado no combate à pandemia de Covid-19, especialmente no recolhimento e devolução de respiradores consertados aos municípios, tendo sido a atuação da Polícia Militar destacada durante reunião especial nesta Casa, com a presença do secretário de Saúde, ocasião em que, em virtude da presença da corporação nos 853 municípios mineiros, ressaltou-se o empenho desses agentes no cumprimento da referida missão, mesmo que além de suas atribuições; Requerimento nº 5.678/2020, de autoria do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça, aos promotores de justiça que atuam nas comarcas abrangidas pelo atendimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu – na macrorregião do Triângulo Norte e ao presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG – pedido de providências para que apurem a situação e tomem as medidas cabíveis relativas ao Samu do Triângulo Norte – Samu 192/Cistr –, tendo em vista que o consórcio público se encontra na iminência de dispensar os profissionais experientes que ali atuam e exercem funções estratégicas para substituí-los por novos profissionais em contratação emergencial por meio de processo seletivo simplificado regido pelo Edital nº 001/2020; Requerimento nº 5.680/2020, de autoria do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado

pedido de providências para que, tão logo seja superado o estado de calamidade pública causado pela pandemia de Covid-19, ele se comprometa a utilizar os recursos economizados pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais e devolvidos no fim de 2019 para o pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo, tendo em vista a importância da regularização do pagamento desses salários e a gravidade da situação financeira do Estado; Requerimento nº 5.682/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à SEE pedido de providências para que seja garantida a privacidade dos professores e das professoras da rede estadual de educação quanto ao uso dos seus telefones e *e-mails* pessoais, uma vez que, por não serem configurados como instrumento de trabalho, não devem ser disponibilizados para essa finalidade; e sejam oferecidas, por parte daquela pasta, os meios, as condições e os materiais necessários para viabilizar o trabalho dos profissionais da educação durante a pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.683/2020, de autoria do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com os Srs. Rodrigo Moraes Lamounier, prefeito de Candeias, e Leonardo Fonseca Rocha, juiz diretor do foro da Comarca de Candeias, pela inauguração do Fórum Doutor Zoroastro Marques da Silva, bem como pela instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejusc –, naquela comarca, em solenidade histórica, em que uma sede de fórum foi inaugurada remotamente, pela internet; Requerimento nº 5.684/2020, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que se avalie a possibilidade do retorno presencial e seguro, tão breve quanto possível, dos alunos às escolas de cursos livres (profissionalizantes e de idiomas) no Estado, uma vez que, diferentemente das instituições regulares de ensino, nos cursos livres o fluxo simultâneo de pessoas é substancialmente menor, opera-se com um número inferior de turmas e com número reduzido de alunos por turma e o tempo de permanência do aluno também é inferior; Requerimento nº 5.685/2020, de autoria do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Federação Mineira de Futebol – FMF – pedido de providências com vistas a que, quando as partidas de futebol profissional forem retomados no Estado, os jogos dos Campeonatos Mineiro e Brasileiro, da Copa do Brasil e dos demais torneios ocorram no Estádio Joaquim Henrique Nogueira, popularmente conhecido como Arena do Jacaré, localizado no Município de Sete Lagoas; Requerimento nº 5.686/2020, de autoria do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e ao governador do Estado pedido de providências para a destinação de respiradores pulmonares, monitores multiparâmetros, materiais de proteção individual – EPIs – e outros equipamentos necessários para a expansão do número de leitos de UTI em Sete Lagoas, para o enfrentamento direto da pandemia de Covid-19 naquele município; Requerimento nº 5.687/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora pedido de providências para que seja enviada mensagem à Câmara de Vereadores com vistas a que sejam incluídos os permissionários de transporte escolar do município no subsídio proposto ao transporte público municipal, uma vez que se encontram com suas atividades paralisadas pelo não funcionamento dos estabelecimentos escolares, tendo que arcar com seus compromissos, como financiamento dos veículos, despesas pessoais e pagamento de colaboradores; Requerimento nº 5.688/2020, de autoria do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que sejam tomadas medidas de auxílio à categoria dos profissionais motoristas de transporte escolar, fretamento e atividades turísticas, que enfrentam severas dificuldades financeiras em decorrência da pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.691/2020, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para que seja viabilizada a realização de testes para diagnóstico de Covid-19 nos funcionários dos estabelecimentos agroindustriais do Estado, através de parceria entre aquela secretaria, as agroindústrias e o Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – LFDA-MG –, em Pedro Leopoldo, nos termos do § 5º, do art. 3º da Lei nº 23.631/2020; Requerimento nº 5.693/2020, de autoria da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja prorrogada a data de vencimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA – para os veículos de propriedades de autoescolas enquanto perdurar a crise financeira provocada pela pandemia de Covid-19, considerando-se que os centros de formação de condutores foram fortemente afetados pela suspensão das aulas; Requerimento nº 5.694/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Cidadania pedido de providências para que, através da Secretaria Especial de Esportes, seja verificada a possibilidade

de liberação de ajuda emergencial aos atletas mineiros que estão em situação de hipossuficiência devido ao período de quarentena para contenção da Covid-19; Requerimento nº 5.695/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências com vistas à liberação de recursos, através da Subsecretaria de Esportes, para ajuda emergencial aos atletas mineiros que estão em situação de carência em consequência das restrições provocadas pela pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.698/2020, de autoria do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para que seja cumprido o compromisso estabelecido com os laboratórios credenciados e realizada a entrega dos *kits* de testes de detecção do novo coronavírus, pelo método RT-PCR, para o laboratório da Universidade Federal de Viçosa, Campus Rio Paranaíba; Requerimento nº 5.699/2020, de autoria do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações acerca do acordo de cooperação técnica, assinado em 5 de setembro de 2019 entre o Estado e o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES –, referente a estudos técnicos necessários ao processo de desestatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG –, especificando-se o custo que envolve a operação relacionada aos estudos de que trata o referido acordo; a fonte de recursos a serem utilizados para o pagamento desses estudos; as justificativas de ordem técnica, especialmente no que tange à economicidade, indispensáveis à autorização da realização dessa contratação, ressaltando-se que a desestatização somente é permitida, nos termos do art. 14, § 17, da Constituição do Estado, a partir de prévia consulta pública; os estudos prévios que embasaram a tomada de decisão, por parte do Conselho Mineiro de Desestatização, referente a essa operação; e a justificativa da conveniência e da oportunidade de realização de operação dessa natureza em momento tão delicado por causa da pandemia de Covid-19; Requerimento nº 5.700/2020, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Sedese pedido de providências com vistas à realização de parceria com a TV Rede Minas para veiculação de campanhas educativas de conscientização e prevenção ao consumo excessivo de álcool e tabaco e ao uso de outras drogas, provocado pelo isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19 no Estado; Requerimento nº 5.706/2020, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e de Apoio Comunitário do Ministério Público do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que sejam adotadas medidas extrajudiciais e judiciais para o restabelecimento da plenitude dos direitos fundamentais ofendidos pelo Decreto nº 113, de 22 de maio de 2020, expedido pelo prefeito municipal de Camanducaia, observando-se especialmente as medidas adotadas nos arts. 9º a 15 do referido decreto, que ofendem o direito à liberdade de ir e vir e o direito ao livre exercício de profissão e desbordam do poder de regulamentar outorgado ao chefe do Poder Executivo Municipal; Requerimento nº 5.711/2020, de autoria do deputado Hely Tarquínio, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a orientação dada pela pasta da qual é titular acerca da utilização da hidroxicloroquina para o tratamento dos pacientes com a Covid-19, uma vez que a Organização Mundial de Saúde – OMS –, com base em estudos realizados, tem desaconselhado o uso do composto, por não apresentar efeito benéfico e por expor os pacientes ao risco de perder a vida; Requerimento nº 5.712/2020, de autoria do deputado Hely Tarquínio, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os motivos do baixo número de testagem para a Covid-19 no Estado e da morosidade na resposta, o que vem prejudicando os municípios na busca de soluções mais efetivas para mitigar a disseminação da doença; Requerimento nº 5.713/2020, de autoria do deputado Hely Tarquínio, em que requer seja encaminhado à Seplag, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que seja agilizado o pagamento destinado aos filhos segregados de pais com hanseníase, estabelecido na Lei nº 23.137, de 10/12/2018, em especial neste momento de pandemia, posto que há uma obrigação legal do Estado e um direito constituído dos beneficiários que vem sendo desrespeitado, fragilizando ainda mais essas pessoas em um momento de necessidade; Requerimento nº 5.714/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a metodologia usada para a elaboração do material do Plano de Estudos Tutorado – PET –, os setores da educação que foram responsáveis por sua elaboração e a contratação e a supervisão de profissionais da educação, bem como sobre as fontes de citações dos textos e a existência de

correspondência destas com as referências bibliográficas mencionadas no PET, em razão de inúmeras denúncias recebidas sobre o material, nas quais se mencionam erros de concordância, de acentuação, de pontuação e erros de conteúdo, além de denúncias de que parte significativa foi copiada de *sites* e *blogs* sem menção à fonte; Requerimento nº 5.716/2020, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Sedese pedido de providências para que se promova o amparo à segurança alimentar dos povos tradicionais do Estado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 2 de junho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 2 de junho de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### LEITURA DE COMUNICAÇÕES

– O presidente deu ciência ao Plenário, na 42ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 17/9/2020, da comunicação apresentada nesta reunião pelo deputado Raul Belém – indicando a deputada Laura Serrano para vice-líder do Governo (Ciente. Publique-se.).



## COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

### COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 16/9/2020, a seguinte comunicação:

Do deputado Raul Belém em que notifica o falecimento de Gabriel de Oliveira Lima, vereador da Câmara Municipal de Gurinhatã, ocorrido em 29/8/2020. (– Ciente. Oficie-se.)



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 16/9/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Wander Luiz da Rocha França, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência.

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Pregão Eletrônico nº 52/2020**

**Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 131/2020**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 5/10/2020, às 9 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de materiais de reforma, manutenção predial e reposição de estoque.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

Belo Horizonte, 17 de setembro de 2020.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL COM DEDUÇÃO DE INATIVOS E PENSIONISTAS**

ESTADO DE MINAS GERAIS – PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020**

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I (Portaria STN nº 495, de 6 de junho de 2017)

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	TOTAL	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	81.760.628,02	81.764.604,40	81.610.946,65	220.941.587,54	81.989.976,36	82.564.338,03	99.932.133,41	86.203.992,31	86.402.980,55	86.310.751,43	119.206.998,99	88.084.648,84	1.196.773.586,53	59.079.604,51
Pessoal Ativo	51.619.528,23	51.687.479,71	51.513.397,35	165.724.404,63	51.794.787,01	52.250.717,83	65.534.382,82	54.865.880,06	54.919.918,37	54.833.031,18	75.246.432,70	56.116.582,34	786.106.542,23	59.079.604,51
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	43.048.735,04	43.088.344,45	42.869.207,02	148.368.099,72	43.234.183,66	43.524.113,80	52.383.651,71	45.696.407,81	45.695.434,34	45.664.075,01	65.114.536,00	46.790.415,65	665.477.204,21	59.079.604,51
Obrigações Patronais	8.570.465,19	8.598.807,26	8.643.724,93	17.355.792,97	8.560.117,15	8.726.069,21	13.150.196,29	9.169.034,67	9.223.997,83	9.168.518,59	10.131.361,88	9.325.631,87	120.623.717,84	
Benefícios Previdenciários	328,00	328,00	465,40	511,94	486,20	534,82	534,82	437,58	486,20	437,58	534,82	534,82	5.620,18	
Pessoal Inativo e Pensionistas	30.141.099,79	30.077.124,69	30.097.549,30	55.217.182,91	30.195.189,35	30.313.620,20	34.397.750,59	31.338.112,25	31.483.062,18	31.477.720,25	43.960.566,29	31.968.066,50	410.667.044,30	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	29.983.352,62	29.919.377,52	29.939.802,13	54.899.481,72	30.044.465,45	30.179.456,44	34.241.306,52	31.193.215,47	31.338.165,40	31.332.823,47	43.760.535,34	31.823.169,72	408.655.151,80	
Pensões	157.747,17	157.747,17	157.747,17	317.701,19	150.723,90	134.163,76	156.444,07	144.896,78	144.896,78	144.896,78	200.030,95	144.896,78	2.011.892,50	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas de Pessoal - Contratos de Terceirização (LRF-art.18, § 1º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (LRF, art. 19, § 1º) (II)	30.503.043,52	30.420.764,56	30.101.498,99	55.144.607,42	30.156.799,66	30.309.752,01	34.345.140,38	31.661.163,60	31.482.929,05	31.432.190,49	43.818.947,08	31.996.620,71	411.373.457,47	59.079.604,51
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (1)	13.068,97	4.094,39	0,00	65.625,33	112.334,21	130.295,57	103.833,86	187.196,55	106.845,69	99.367,02	58.411,74	170.737,82	1.051.811,15	16.450.535,80
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	1.439,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.439,42	
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (2)	8.762.774,29	8.781.259,43	8.737.738,56	18.261.017,26	8.676.855,90	8.686.035,84	12.963.828,73	9.120.335,07	9.180.055,92	9.122.427,09	10.556.437,25	9.337.246,63	122.186.011,97	
(-) Demais Inativos (3)	21.220.578,33	21.138.118,09	21.202.063,57	36.638.464,46	21.367.609,55	21.493.420,60	21.277.477,79	22.072.880,40	22.158.109,48	22.210.396,38	33.204.098,09	22.485.923,09	286.469.139,83	
(-) Despesas de Caráter Indenizatório (4)	506.621,93	497.292,65	160.257,44	179.500,37	0,00	0,00	0,00	280.751,58	37.917,96	0,00	0,00	2.713,17	1.665.055,10	42.629.068,71

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II)	51.257.584,50	51.343.839,84	51.509.447,66	165.796.980,12	51.833.176,70	52.254.586,02	65.586.993,03	54.542.828,71	54.920.051,50	54.878.560,94	75.388.051,91	56.088.028,13	785.400.129,06	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>														
										<b>VALOR</b>		<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - RCL (IV)										67.286.016.238,39		100,00		
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III a + III b)</b>										<b>785.400.129,06</b>		<b>1,17</b>		
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)										1.345.720.324,77		2,00		
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)										1.278.434.308,53		1,90		
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)										1.211.148.292,29		1,80		
FONTES: RCL: SIAFI-MG, SEF/SCCG,17/set/2020, 11h e 3m; Dados da execução: SIAFI-MG, ALMG, 17/set/2020, 11h e 3m														

- Notas:** (1) Indenização por exoneração de servidores de recrutamento amplo: férias e adicional de férias, pagos por ocasião da exoneração (elemento/ítem 3.1.90.94-01): R\$ 1.051.811,15;
- (2) Despesas com inativos custeadas com recursos de contribuições patronais e de servidores para o FUNFIP - art.19, § 1º, VI, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000: R\$ 122.186.011,97;
- (3) Despesa com Inativos, conforme Decisão no Assunto Administrativo - Pleno TCEMG nº 1.072.447 de 11/09/2019, c/c a LC nº 64, de 25/03/02, art. 38, § 1º: R\$ 286.469.139,83;
- (4) Despesas não computadas no art. 18, caput, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000: Férias-prêmio devidas por ocasião da aposentadoria (elemento/ítem 3.1.90.16-05): R\$ 1.665.055,10;
- (5) Os limites máximo, prudencial e de alerta foram fixados em conformidade com a Decisão Conjunta da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial de Contas em 12 de janeiro de 2015.

Deputado Agostinho Célio Andrade Patrus, presidente – Deputado Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Deputado Cristiano Tadeu da Silveira, 2º-vice-presidente – Deputado Alencar Magalhães da Silveira Júnior, 3º-vice-presidente – Deputado Luiz Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Deputado Carlos Henrique Alves da Silva, 2º-secretário – Deputado Arlen de Paulo Santiago Filho, 3º-secretário – Cristiano Félix dos Santos Silva, diretor-geral – Antoninho Rodrigues Goulart, diretor de Finanças.

## RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL SEM DEDUÇÃO DE INATIVOS E PENSIONISTAS

ESTADO DE MINAS GERAIS – PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020**

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I (Portaria STN nº 495, de 6 de junho de 2017)

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	TOTAL	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	81.760.628,02	81.764.604,40	81.610.946,65	220.941.587,54	81.989.976,36	82.564.338,03	99.932.133,41	86.203.992,31	86.402.980,55	86.310.751,43	119.206.998,99	88.084.648,84	1.196.773.586,53	59.079.604,51
Pessoal Ativo	51.619.528,23	51.687.479,71	51.513.397,35	165.724.404,63	51.794.787,01	52.250.717,83	65.534.382,82	54.865.880,06	54.919.918,37	54.833.031,18	75.246.432,70	56.116.582,34	786.106.542,23	59.079.604,51

Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	43.048.735,04	43.088.344,45	42.869.207,02	148.368.099,72	43.234.183,66	43.524.113,80	52.383.651,71	45.696.407,81	45.695.434,34	45.664.075,01	65.114.536,00	46.790.415,65	665.477.204,21	59.079.604,51
Obrigações Patronais	8.570.465,19	8.598.807,26	8.643.724,93	17.355.792,97	8.560.117,15	8.726.069,21	13.150.196,29	9.169.034,67	9.223.997,83	9.168.518,59	10.131.361,88	9.325.631,87	120.623.717,84	
Benefícios Previdenciários	328,00	328,00	465,40	511,94	486,20	534,82	534,82	437,58	486,20	437,58	534,82	534,82	5.620,18	
Pessoal Inativo e Pensionistas	30.141.099,79	30.077.124,69	30.097.549,30	55.217.182,91	30.195.189,35	30.313.620,20	34.397.750,59	31.338.112,25	31.483.062,18	31.477.720,25	43.960.566,29	31.968.066,50	410.667.044,30	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	29.983.352,62	29.919.377,52	29.939.802,13	54.899.481,72	30.044.465,45	30.179.456,44	34.241.306,52	31.193.215,47	31.338.165,40	31.332.823,47	43.760.535,34	31.823.169,72	408.655.151,80	
Pensões	157.747,17	157.747,17	157.747,17	317.701,19	150.723,90	134.163,76	156.444,07	144.896,78	144.896,78	144.896,78	200.030,95	144.896,78	2.011.892,50	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas de Pessoal - Contratos de Terceirização (LRF-art.18,§ 1º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (LRF, art. 19, § 1º) (II)	9.282.465,19	9.282.646,47	8.899.435,42	18.506.142,96	8.789.190,11	8.816.331,41	13.067.662,59	9.588.283,20	9.324.819,57	9.221.794,11	10.614.848,99	9.510.697,62	124.904.317,64	59.079.604,51
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	13.068,97	4.094,39	0,00	65.626,33	112.334,21	130.295,57	103.833,86	187.196,55	106.845,69	99.367,02	58.411,74	170.737,82	1.051.811,15	16.450.535,80
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	1.439,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.439,42	
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.762.774,29	8.781.259,43	8.737.738,56	18.261.017,26	8.676.855,90	8.686.035,84	12.963.828,73	9.120.335,07	9.180.055,92	9.122.427,09	10.556.437,25	9.337.246,63	122.186.011,97	
(-) Despesas de Caráter Indenizatório	506.621,93	497.292,65	160.257,44	179.500,37	0,00	0,00	0,00	280.751,58	37.917,96	0,00	0,00	2.713,17	1.665.055,10	42.629.068,71
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II)	72.478.162,83	72.481.957,93	72.711.511,23	202.435.444,59	73.200.786,25	73.748.006,62	86.864.470,82	76.615.709,11	77.078.160,98	77.088.957,32	108.592.150,00	78.573.951,22	1.071.869.268,89	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - RCL (IV)	67.286.016.238,39	100,00
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III a + III b)</b>	<b>1.071.869.268,89</b>	<b>1,59</b>
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	1.345.720.324,77	2,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.278.434.308,53	1,90
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.211.148.292,29	1,80

FONTES: RCL: SIAFI-MG, SEF/SCCG,17/set/2020, 11h e 3m; Dados da execução: SIAFI-MG, ALMG, 17/set/2020, 11h e 3m

**Notas:** (1) Indenização por exoneração de servidores de recrutamento amplo: férias e adicional de férias, pagos por ocasião da exoneração (elemento/ítem 3.1.90.94-01): R\$ 1.051.811,15;

(2) Despesas com inativos custeadas com recursos de contribuições patronais e de servidores para o FUNFIP - art.19, § 1º, VI, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000: R\$ 122.186.011,97;

(3) Despesas não computadas no art. 18, caput, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000: Férias-prêmio devidas por ocasião da aposentadoria (elemento/ítem 3.1.90.16-05): R\$ 1.665.055,10;

(4) Os limites máximo, prudencial e de alerta foram fixados em conformidade com a Decisão Conjunta da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial de Contas em 12 de janeiro de 2015.

Deputado Agostinho Célio Andrade Patrus, presidente – Deputado Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Deputado Cristiano Tadeu da Silveira, 2º-vice-presidente – Deputado Alencar Magalhães da Silveira Júnior, 3º-vice-presidente – Deputado Luiz Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Deputado Carlos Henrique Alves da Silva, 2º-secretário – Deputado Arlen de Paulo Santiago Filho, 3º-secretário – Cristiano Félix dos Santos Silva, diretor-geral – Antoninho Rodrigues Goulart, diretor de Finanças.



ERRATAS

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59/2020**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 8/8/2020, na pág. 7, nas assinaturas, onde se lê:

“Deputado Duarte Bechir (PSD) – Deputado Sargento Rodrigues (PTB) – Deputado Tadeu Martins Leite (MDB) – Deputado Leandro Genaro (PSD) – Deputado Betinho Pinto Coelho (SOLIDARIEDADE) – Deputado Ulysses Gomes (PT) – Deputado Charles Santos (REPUBLICANOS) – Deputado Cássio Soares (PSD) – Deputado Gustavo Valadares (PSDB) – Deputado Coronel Henrique (PSL) – Deputado Delegado Heli Grilo (PSL) – Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB) – Deputado Doorgal Andrada, Vice-Líder do Bloco Liberdade e Progresso (PATRI) – Deputado Doutor Paulo (PATRI) – Deputado Fernando Pacheco (PV) – Deputado Guilherme da Cunha (NOVO) – Deputada Celise Laviola (MDB) – Deputado Professor Irineu (PSL) – Deputado Roberto Andrade (AVANTE) – Deputado Raul Belém (PSC) – Deputado Repórter Rafael Martins (PSD) – Deputado Osvaldo Lopes (PSD) – Deputada Delegada Sheila (PSL) – Deputada Laura Serrano (NOVO) – Deputado Virgílio Guimarães (PT) – Deputado Cristiano Silveira (PT) – Deputado Zé Guilherme (PP) – Deputado Zé Reis (PODE) – Deputado Inácio Franco (PV) – Deputado Sávio Souza Cruz (MDB) – Deputado Gil Pereira (PSD) – Deputado Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Deputado Leonídio Bouças (MDB).”, leia-se:

“Deputado Doorgal Andrada, Vice-Líder do Bloco Liberdade e Progresso (PATRI) – Deputado Duarte Bechir (PSD) – Deputado Sargento Rodrigues (PTB) – Deputado Tadeu Martins Leite (MDB) – Deputado Leandro Genaro (PSD) – Deputado Betinho Pinto Coelho (SOLIDARIEDADE) – Deputado Ulysses Gomes (PT) – Deputado Charles Santos (REPUBLICANOS) – Deputado Cássio Soares (PSD) – Deputado Gustavo Valadares (PSDB) – Deputado Coronel Henrique (PSL) – Deputado Delegado Heli Grilo (PSL) – Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB) – Deputado Doutor Paulo (PATRI) – Deputado Fernando Pacheco (PV) – Deputado Guilherme da Cunha (NOVO) – Deputada Celise Laviola (MDB) – Deputado Professor Irineu (PSL) – Deputado Roberto Andrade (AVANTE) – Deputado Raul Belém (PSC) – Deputado Repórter Rafael Martins (PSD) – Deputado Osvaldo Lopes (PSD) – Deputada Delegada Sheila (PSL) – Deputada Laura Serrano (NOVO) – Deputado Virgílio Guimarães (PT) – Deputado Cristiano Silveira (PT) – Deputado Zé Guilherme (PP) – Deputado Zé Reis (PODE) – Deputado Inácio Franco (PV) – Deputado Sávio Souza Cruz (MDB) – Deputado Gil Pereira (PSD) – Deputado Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Deputado Leonídio Bouças (MDB).”.

**ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 15/9/2020**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 17/9/2020, na pág. 4, sob o título “Ofícios”, no despacho do ofício do Sr. Gilmar da Cunha Ferreira, onde se lê:

“(– Anexe-se à Proposta de Emenda à Constituição nº 22/2020 e aos Projetos de Lei Complementar nºs 46 e 48/2020.)”, leia-se:

“(– Anexe-se às Propostas de Emenda à Constituição nºs 55 e 57/2020 e aos Projetos de Lei Complementar nºs 46 e 48/2020.)”.